

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA

**O GOVERNO PROVISÓRIO DE VARGAS:
UM OLHAR SOBRE A ESCRITA PRIVADA DO PRESIDENTE**

LEONARDO CARDOSO WICHINHESKI

Taquara

2014

LEONARDO CARDOSO WICHINHESKI

**O GOVERNO PROVISÓRIO DE VARGAS:
UM OLHAR SOBRE A ESCRITA PRIVADA DO PRESIDENTE**

Trabalho de Conclusão apresentado, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Andrea Helena Petry Rahmeier, ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura.

Taquara

2014

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Dr^ª. Andrea Helena Petry Rahmeier pela orientação realizada com atenção e dedicação, propondo ideias a cada nova situação, aconselhando e compartilhando seu conhecimento, mas respeitando as minhas colocações;

À FACCAT e a cada um de seus funcionários;

Aos professores e ex-professores do Curso de História da FACCAT, contribuindo sempre com o conhecimento e pensamento crítico;

Aos professores dos demais cursos que agregaram no crescimento acadêmico;

Aos meus pais, Mário e Fátima, pelo incentivo, apoio e ensinamentos durante esta caminhada e pela compreensão na ausência;

À minha amada noiva, Juliana, pelo amor e carinho durante todo o tempo, proporcionando a felicidade a cada momento;

Aos meus sogros, Argemir e Marcia, pelo apoio recebido;

E fundamentalmente a Deus, pois sem ele nada seria possível.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as escritas de Getúlio Vargas nos seus diários no Governo Provisório (1930-1934), encontrando traços da construção de um personagem, e, além disso, identificar os conflitos políticos e a expectativa sobre as mudanças que a Revolução de 1930 proporcionaria para a sociedade na ótica do presidente. A linha teórica adotada segue a Nova História Política, fundamentada principalmente por René Remond, considerando que a política se estende às mais diversas atividades e grupos sociais. O Governo Provisório se caracterizou pela conturbação política, em que, até o final de 1931, o governo agiu, estruturando-se, enquanto, entre 1932 e meados de 1934, a característica fundamental foi a reação da oposição. A partir dos acontecimentos e situações do período, Vargas criou uma imagem e construiu um discurso em seus diários.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Governo Provisório. Política. Diário.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. AS AÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO E A REAÇÃO DOS MARGINALIZADOS POLITICAMENTE.....	11
2.1 República Velha	11
2.2 A Aliança Liberal e a Revolução.....	15
2.3 Instalação do Governo Provisório	18
2.4 A força da oposição.....	23
2.4.1 A Revolução Constitucionalista	26
2.5 Constitucionalização	29
3 A ESCRITA DO PRESIDENTE	32
3.1 Diários de Getúlio Vargas: os olhos e as falas do presidente	36
3.2 Os olhos e as falas do presidente sobre os fatos históricos.....	42
3.3 As falas do presidente sobre política.....	48
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	62
OBRAS CONSULTADAS	64

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)¹. Getúlio Vargas desperta atenção na história do Brasil contemporâneo com uma imagem forte de presidente que, pela primeira vez, olhou para a população de seu país como participantes daquela sociedade, como cidadãos. A partir da Revolução de 1930 e de seu governo, a classe trabalhadora vislumbrou um cenário melhor para suas vidas, tendo assim Getúlio Vargas destaque entre os presidentes da República.

O governo de Getúlio Vargas foi um marco na história política do Brasil. A Revolução de 1930 foi um rearranjo no cenário político nacional, com novas personagens em destaque, um novo equilíbrio (ou desequilíbrio) nas forças políticas, econômicas e sociais. A produção historiográfica do período abrange o tema com enfoques variados e alguns consensos, entre eles, a relevância da Revolução de 1930, a influência do tenentismo em um primeiro momento, a Revolução Constitucionalista e o Código Eleitoral, ambos de 1932, a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1934. Diante disso, busca-se, a partir da pesquisa bibliográfica, apresentar o Governo Provisório nos seus aspectos majoritariamente políticos e, posteriormente, como Vargas, em seus escritos, constrói sua imagem e visualiza os acontecimentos de maior relevância dentro deste recorte temporal.

Analisar os diários de Getúlio Vargas se faz valer, pois a história é escrita e reescrita, buscando novos olhares e novas interpretações sobre determinado contexto histórico. Dessa forma, a análise dos diários de Getúlio Vargas no Governo Provisório permite trazer novos olhares sobre o período e sobre a personalidade do presidente, como ele constrói uma imagem, uma representação de si para si, mas também que chega a terceiros.

A produção bibliográfica que aborda o período do Governo apresenta questões políticas, sociais, econômicas em âmbito de governo voltado ao nacional ou regional. Somado a isso, têm-se os diários de Getúlio Vargas em que seus escritos perpassam diversas questões e situações da República, do poder político e

¹ Governo Provisório é a denominação do período entre 03 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, e a sua eleição de forma indireta em julho de 1934, resultante da Constituição do mesmo ano.

das relações políticas, nos quais o presidente cria uma imagem, constrói-se em seu discurso íntimo. Nos escritos de Vargas acerca da Revolução de 1930, da formação de uma nova estrutura de Estado, da Revolução Constitucionalista e da Constituinte de 1934, o que contribui para a formação e construção de uma imagem de presidente? Quais as questões pessoais que o presidente leva para o âmbito do diário que se tornou público? Quais são as principais convicções e medos de Getúlio? Vargas escreve para si, mas, ao mesmo tempo, é possível a análise de como o presidente visualiza a situação.

O objetivo principal deste trabalho é analisar as escritas de Getúlio Vargas nos seus diários no período de 1930 até a aprovação da Constituição de 1934, abordando a Revolução de 1930, a formação do Governo Provisório, a Revolução Constitucionalista e a própria Constituição Federal de 1934, encontrando traços da construção de um personagem. Além disso, visa a identificar os conflitos políticos, a expectativa sobre as mudanças que a Revolução de 1930 proporcionaria para a sociedade na ótica do presidente.

O governo de Getúlio Vargas no período Provisório caracterizou-se por ser conturbado no cenário político nacional, atingindo os estados federados e municípios. A Revolução de 1930 é considerada um marco na história nacional, tanto em âmbito político quanto nas demais esferas da sociedade. As forças políticas que levaram Vargas ao poder não eram homogêneas, mas, de forma geral, a Aliança Liberal² propunha uma reforma política e trabalhista, além da diversificação da economia (PANDOLFI, 2003). A principal ideia da Revolução de 1930 era que se necessitava de uma profunda mudança, passando de uma política oligárquica para uma que atendesse aos anseios de uma ampla parcela da sociedade com um governo distante de pactos políticos e agindo de forma técnica. Isso levaria à postergação do retorno da democracia e da abertura do Congresso Nacional e das assembleias estaduais.

A linha teórica adotada no trabalho segue a Nova História Política, fundamentada principalmente pelo francês René Remond. Desvinculando-se de uma abordagem positivista³, em que a fonte escrita oficial apresentava os fatos ao

² A partir de agora utilizaremos a sigla AL para nos referirmos à Aliança Liberal.

³ A história política tradicional se focava exclusivamente em personagens de destaque, nas elites políticas e nos estadistas, ficando distante do social e do cultural (SEGA, 2002, p. 190). Além disso, era superficial, sem aprofundar causas, conjunturas e contextos mais amplos.

historiador (SEGA, 2002), a nova abordagem coloca o político vinculado ao econômico, ao social e ao cultural em uma via de dois sentidos.

O político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado. (...) Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público (REMOND, 2003, p. 442).

A questão política relacionada a diversos espaços permite a relação entre campos distintos, porém consideremos que o político é o núcleo que interliga os aspectos globalizantes da sociedade. “Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada” (REMOND, 2003, p. 442). É para o campo político que converge a maioria das atividades sociais e a gestão da sociedade se faz, condensando o conjunto social (REMOND, 2003). A definição de política não se limita às relações partidárias, processos eleitorais e ações de governos. Valemo-nos novamente de Remond para a definição de política:

A política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder. [...] Só é política a relação de poder com a sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço determinado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. [...] Ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado (REMOND, 2003, p. 444).

A política, longe de ser hegemônica, não está reduzida ao Estado, mas se estende às mais diversas atividades e grupos sociais, resultado de múltiplos interesses, moldando e sendo moldada pela sociedade. Para ela confluem e dela irradiam ações, acontecimentos e ideias que caracterizam um contexto social. Ao abordar a Revolução de 1930, as medidas governistas, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a elaboração da Constituição Federal de 1934, entende-se que o período possui forte caráter político, com a presença do Estado, instituições políticas e relações de poder. Retomando, não se faz uma análise política pela política, mas se trata do entendimento de que a relação entre política e economia ou entre política e social não é via de mão única e sim onde a influência é exercida nos dois sentidos. Não se trata, portanto, de elevar ao pedestal a política em detrimento do econômico, social ou cultural, mas sim de efetivamente apresentar

uma abordagem que tem destaque amplo no período republicano do Brasil. A Revolução de 1930 projetou uma mudança nas relações entre o Estado e a sociedade, entre as ações de governo para com a população, influenciando no desenvolvimento da cultura e no fazer política do país.

Os diários de Getúlio Vargas foram publicados, em 1995, em dois volumes, pela Fundação Getúlio Vargas. Eles já se constituíram de fonte para a pesquisa histórica do Brasil republicano⁴, além de serem utilizados para análise na área da literatura⁵. Dentro da pesquisa voltada à área de história, não foram encontradas produções que contemplem o Governo Provisório vinculadas à utilização da referida fonte. A utilização dos diários de Getúlio Vargas como fonte documental para o trabalho se faz valer, pois apresenta os escritos privados do presidente da República, mas em grande parte voltados ao público, aos acontecimentos relacionados com a política nacional. Vargas, no dia 3 de outubro de 1930, assim escreve:

Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram partes, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventura dos escritores da mais rica fantasia imaginativa. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 3).

Assim o presidente demonstra sua vontade de escrever a respeito dos acontecimentos que ele julga pertencerem a um momento de grande importância na história política do Brasil. A escrita privada dos diários apresenta o que escritor entende e como ele concebe seu contexto. Para compreender tudo isso, foi necessária a realização da pesquisa bibliográfica qualitativa acerca do tema definido e sua delimitação.

A estruturação do trabalho foi feita em dois capítulos. No primeiro capítulo, foi feito um levantamento da situação política na República Velha (1889-1930),

⁴ Um dos trabalhos em que se utilizou dos diários para uma análise historiográfica é de Rangel e Pimenta (2009), onde “se busca compreender os valores que circunscreviam a ética do poder presidencial, tomando-se como referência os rituais dos despachos burocráticos, as conversações de gabinete, os cerimoniais construídos em torno do Presidente e o culto ao presidencialismo como expressão máxima do poder individual no interior do Estado” (RANGEL; PIMENTA, 2009, p. 1). O recorte temporal na utilização dos diários foi entre 1939 e 1942.

Outra produção faz análise geral do diário. D'ARAUJO (1996) apresenta trechos e tece comentários a respeito de diversas questões.

⁵ Esta área REMÉDIOS (1996) e (2005), utilizando o diário, “observa as relações entre história e ficção ao mesmo tempo em que se discute a questão do gênero autobiográfico e o grau de literariedade de um diário pessoal” (REMÉDIOS, 2005, p. 1).

caracterizada pelo domínio de São Paulo - Minas Gerais e papel secundário para outros estados federados. Na década de 1920, estes estados organizaram-se contra esse domínio, formando a Reação Republicana. Por outro lado, setores do Exército, via armas, agiram na tentativa de mudanças em algumas questões políticas. Ambos os movimentos buscavam reformas no próprio sistema. No final dessa década, com a quebra do acordo entre paulistas e mineiros, foi formada a Aliança Liberal, reunindo políticos dissidentes e os tenentes. Derrotados nas urnas, os oposicionistas chegaram ao poder via armas. Com novos quadros no governo, Getúlio Vargas reformou a política em um processo denominado, neste trabalho, como ação de Vargas. No primeiro ano de Governo Provisório, é clara a influência do tenentismo e suas ideias centralizadoras e autoritárias. Evidentemente, em todos os momentos, a situação é em mão dupla, com o governo agindo e oposição reagindo. Nesse sentido, também serão abordadas as questões relativas à reação dos políticos favoráveis à maior autonomia dos estados e à constitucionalização, conseqüentemente contrários às ideias defendidas por Vargas. O rompimento do Partido Democrático Paulista com Vargas ocorreu após diversas situações de conflito, levando à formação da Frente Única Paulista. Os paulistas entraram em confronto com o governo central sem contar com o apoio das oposições de outros estados, o que foi denominado de Revolução Constitucionalista de 1932. Nesse momento, Vargas constatou que seu governo não poderia alijar as forças regionais da ação política. Assim, por via legal, iniciaram-se os trabalhos da Assembleia Constituinte, os quais demonstraram as divergências entre o governo e a oposição oriunda dos estados federados.

No capítulo seguinte, foram utilizados os diários de Vargas, buscando como ele constrói a imagem de si no período conturbado do Governo Provisório. Os diários são considerados como autobiografia porque são a visão do presidente de acontecimentos já passados. Os diários do presidente apresentam um relato tanto de sua pessoa como homem público quanto do contexto político do país, além de passagens acerca da vida privada. Sob o olhar de Getúlio Vargas, o período no qual se encontrava o Brasil era ímpar e seus escritos são voltados principalmente a assuntos de ordem pública. A partir dos acontecimentos e situações, Vargas cria uma imagem e constrói um discurso. Não é apenas o contexto que forja um líder nacional, mas a existência deste inserido em determinado momento que possibilita uma transformação significativa para a sociedade.

2. AS AÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO E A REAÇÃO DOS MARGINALIZADOS POLITICAMENTE

A Revolução de 30 é abordada na historiografia como um marco importante dentro da história do Brasil Republicano. As mudanças que dela decorreram foram significativas. Os campos político, econômico, social e cultural foram afetados, de maneira importante, ao longo do governo de Vargas (1930-1945). O Governo Provisório de Vargas, durante o ano de 1931, promoveu alterações na política, na economia e nas questões sociais, entrando em conflito com diversos atores políticos. Foi um ano emblemático, de avanços no que diz respeito às propostas do grupo governista e de rupturas na ordem estabelecida até 3 de novembro de 1930. A postergação do retorno à ordem constitucional e a marginalização de grupos políticos levaram à organização dos descontentes durante o ano de 1932. Foi o momento em que a oposição se articulou e exerceu pressão sobre o governo, desencadeando uma série de ações que justificam uma mudança de postura de Vargas, que passa a valorizar tais forças.

Para compreender todo esse contexto, considerou-se fundamental retroceder à República Velha, abordando os principais pontos e acontecimentos que a caracterizam para que, posteriormente, possamos trabalhar o período entre 1930 e 1934.

2.1 República Velha

A República Velha, que compreende o período entre 1889 e 1930, tem na Constituição de 1891 sua fundamentação política. O sistema presidencialista foi definido como forma de governo, bem como a criação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A República Federativa foi estabelecida, possibilitando aos Estados contrair empréstimos, decretar impostos sobre produtos exportados, além de criar suas próprias justiças. A federalização também seguiu na formação dos partidos políticos e, portanto, não havia partidos em âmbito nacional. O domínio político concentrava-se nas oligarquias regionais que estavam voltadas para duas frentes: por um lado aproximavam-se da população, valendo-se do clientelismo, onde recebiam apoio dos eleitores, enquanto exerciam o mando político e

benfeitorias necessárias e eram medidas as suas escolhas. Por outro lado, essa elite política regional e, em grande medida, os estados mais poderosos praticamente escolhiam o presidente da República através de alianças para o apoio a determinado candidato. Com a baixa participação da população nos pleitos, que, segundo Fausto (2007), foi de 1,4% em 1906 e 5,7% em 1930, somada às fraudes e ao voto aberto, em que o eleitor estava à mercê da pressão dos chefes políticos, a situação política caracterizava-se pela elitização e controle oligárquico.

A federalização e a autonomia dos estados não esvaziaram o poder central, responsável pela política cambial e monetária. Paulistas e mineiros estiveram à frente do governo central por grande parte do período, na chamada política café-com-leite. Os paulistas estavam determinados a controlar a política econômica a fim de beneficiarem o setor cafeeiro. Os mineiros, por seu lado, não voltavam suas ações apenas a um setor e sim se caracterizavam pela máquina política que controlava os setores e as atividades dentro do estado.

Em São Paulo, a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, também à indústria. [...] O PRR [Partido Republicano Rio-Grandense] impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão. A oligarquia mineira não foi também “pau-mandado” de cafeicultores ou criadores de gado (FAUSTO, 2007, p. 261-262).

Nessa situação, São Paulo e Minas Gerais controlavam a escolha do presidente, detendo maior poder político e econômico, e, por consequência, suas políticas eram atendidas pelo chefe do executivo. Esse cenário não era aceito por alguns estados da federação, que buscavam articulação, objetivando inserir-se no jogo político, como foi o caso do movimento Reação Republicana⁶, entendida como reação dos Estados de segunda força política (Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro) frente ao sistema São Paulo – Minas Gerais (FERREIRA, 1993).

A Reação Republicana tornou-se, antes da Revolução de 30, o maior conflito político dentro da República Velha, lembrando que as oligarquias dissidentes não

⁶ Reação Republicana foi um movimento de oposição formado em 1921, unindo os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, que apresentaram como candidato Nilo Peçanha para as eleições de 1922, frente à candidatura do mineiro Artur Bernardes, apoiado por São Paulo.

desejavam o rompimento do sistema político vigente e sim reformas dentro do mesmo, criticando a forma de escolha da sucessão presidencial, e queriam maior poder para o Legislativo frente ao Executivo e igualdade participativa entre os estados da federação. Economicamente defendiam maior controle do orçamento, equilíbrio cambial e maiores benefícios às outras produções além do café, como cacau, borracha, açúcar e pecuária. Por outro lado, a Reação Republicana fazia um discurso, ainda que sem apresentar projetos concretos, na defesa da democratização e participação popular das massas urbanas, onde o operariado já se organizava em sindicatos e realizava greves. Soma-se a isso a insatisfação das Forças Militares diante da presença civil em Ministérios tradicionalmente ocupados por militares, o que permitiu o contato com o movimento dissidente. Agravante maior foi a publicação, em outubro de 1921, de uma suposta carta⁷ na qual Bernardes criticava duramente os militares. A vitória de Artur Bernardes, em março de 1922, não foi aceita pela oposição, que reivindicou a criação de um tribunal para a conferência dos votos. A imprensa favorável a Nilo Peçanha criticava a perseguição sofrida por tenentes que participaram do movimento. “Nesse clima de intensa agitação política, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas locais em favor de seus aliados civis” (FERREIRA, 1993, p. 19). Em maio de 1922, o governo afastou os dissidentes de qualquer comissão parlamentar, levando à aproximação entre militares e opositores. Em julho de 1922, alguns militares fizeram a rebelião sem contar, no entanto, com apoio importante dentro do próprio Exército. O governo federal reprimiu o movimento, sendo apoiado inclusive por políticos antes rivais, que agora recuavam pelo temor de uma revolta de amplitudes maiores.

A Reação Republicana não mais representaria ameaça ao sistema, visto que as oligarquias dos estados envolvidos buscaram se rearticular dentro do próprio sistema, evitando intervenção militar por parte do governo, mantendo autonomia garantida pelo pacto federativo. Diversos políticos, jornalistas e militares foram presos. Nilo Peçanha ainda lançaria um manifesto, lembrando as propostas da Reação Republicana, mas o contexto já não permitiria tais reformas.

⁷ Cartas falsas: Em outubro de 1921 foi publicada no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, uma carta, supostamente enviada pelo presidente Bernardes ao político mineiro Raul Soares, onde aquele fazia forte crítica ao evento promovido para a posse de Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar. Ainda existiria outra carta, porém pouco antes das eleições de março de 1922 indivíduos assumiram a autoria dos escritos (FAUSTO, 2007).

Enquanto as oligarquias políticas entravam em sintonia novamente, setores militares mantiveram a ideia de mudanças e a insatisfação com o governo de Artur Bernardes. Em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, exatos dois anos depois do levante do Forte de Copacabana, ocorreram ataques a quartéis realizados pelos tenentes. No dia 9, ocuparam a sede do governo, permanecendo na cidade até o dia 27 julho, quando o governo os conseguiu repelir. “A Revolução de 1924 foi mais bem preparada, tendo como objetivo expresse derrubar o governo de Artur Bernardes. Nos anos 20, Bernardes personificou o ódio que os ‘tenentes’ tinham da oligarquia dominante” (FAUSTO, 2007, p. 309). Os rebeldes paulistas juntaram-se aos oriundos do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Neste estado, tenentes e oposição aliaram-se contra a oligarquia estadual, formando a Coluna Prestes, que, entre 1925 e 1927, percorreu diversos estados e dois outros países a fim de conquistar apoio da população contra as oligarquias. Conforme Fausto:

No fundo, pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. O grande mal das oligarquias – pensavam eles – consistia na fragmentação do Brasil (FAUSTO, 2007, p. 314).

O tenentismo buscou, durante boa parte da década de 1920, pela via armada, mudanças no sistema eleitoral e na forma de concepção do Estado, que estava nas mãos de uma elite. Longe de manifestar uma democracia efetiva, os tenentes desejavam que o Estado servisse à nação.

Não corresponde à realidade, portanto, o clichê de reduzir a inquietação de 1922-27 a mero antagonismo pessoal, sem bandeira e sem conteúdo ideológico. [...] A raiz histórica do movimento situa-se numa corrente de elos soltos, mas em formação o estuário. Alimentado pelo Exército, o povo e o protesto contra o domínio hegemônico da política dos governadores (FAORO, 2001, p. 747).

Em 1930, enquanto ocorria a aproximação e a aliança entre o tenentismo e políticos mineiros e gaúchos, Luís Carlos Prestes⁸ manifestava as contradições entre as classes sociais, a situação de exploração dos trabalhadores pelos coronéis

⁸ Luís Carlos Prestes será o líder do Partido Comunista Brasileiro, liderando a Intentona Comunista, em 1935. Tal movimento foi uma tentativa frustrada de mudanças.

latifundiários e pelo imperialismo, conclamando à nacionalização dos setores básicos e à formação de um governo voltado aos anseios dos trabalhadores.

2.2 A Aliança Liberal e a Revolução

A Aliança Liberal foi formada, em 1928, por políticos dos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, da Paraíba, de São Paulo (vinculados ao Partido Democrático) e do Distrito Federal⁹, além de setores militares, principalmente os tenentes (DICIONÁRIO, 2014). O presidente era o mineiro Afonso Pena Jr.¹⁰ e o vice o gaúcho Ildelfonso Simões Lopes. Compunham o grupo de dissidentes políticos consagrados como os ex-presidentes Artur Bernardes¹¹, Epitácio Pessoa¹² e Venceslau Brás¹³, além de ex-governadores como João Pessoa¹⁴, Olegário Maciel¹⁵ e Getúlio Vargas¹⁶. Da AL também participaram militares oriundos do tenentismo que defendiam maior saliência das Forças Armadas dentro do governo. Os nomes

⁹Entende-se por Distrito Federal a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ “Afonso Augusto Pereira Pena Jr. (MG, 1879-1968). Ministro da Justiça (1925-26), Presidente do PRM. Presidente da comissão executiva da AL (1929-30). Revolucionário de 1930. Consultor do Banco do Brasil (1930). Procurador-geral do Superior Tribunal de Eleitoral (1932)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 587).

¹¹ “Artur da Silva Bernardes (MG, 1875-1955). Presidente da República (1922-26), Senador MG (1927-1930). Líder do Partido Republicano Mineiro (PRM). Apoiou a Revolução de 1932. Exilado (1932-34)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 513-514).

¹² “Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (PB, 1865-1942). Presidente da República (1919-22). Senador PB (1924-30). Deu apoio restrito à AL (1929-30). Apoiou a Revolução de 1930” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 588).

¹³ “Venceslau Brás Pereira Gomes (MG, 1868-1966). Presidente MG (1909-10), Vice-Presidente da República (1910-14). Presidente da República (1914-1918)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 517).

¹⁴ “João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (PB, 1878-1930). Sobrinho de Epitácio Pessoa. Presidente PB (1928-1930). Candidato da Aliança Liberal a vice-presidência em 1930 quando foi assassinado” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 588).

¹⁵ “Olegário Dias Maciel (MG, 1855-1933). Presidente MG (1930) e Interventor entre 1930 e 1933” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 565).

¹⁶ Getúlio Vargas nasceu, em São Borja-RS, no ano de 1882 e faleceu, no Rio de Janeiro, em 1954. Ingressou no Exército em 1898 e desligou-se em 1903 para matricular-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1907, participou da campanha do candidato do Partido Republicano, Carlos Barbosa, à eleição do estado. Juntamente com colegas de classe, formou a chamada geração de 1907. Nomeado segundo Promotor Público do Tribunal de Porto Alegre em janeiro de 1908. Casou-se, em 1911, com Darci Lima Sarmanho. Eleito deputado em 1909. Em 1913, foi reeleito deputado, mas renunciou na sessão inaugural da legislatura por divergências com Borges de Medeiros. Foi eleito novamente em 1917 e 1921, apoiando Borges de Medeiros na Reação Republicana. Como deputado, foi uma liderança do PRR. Presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia, responsável pela apuração dos votos no pleito de 1923, que foi vencido por Medeiros. Eleito deputado federal em 1924, sendo líder do partido na Câmara. Em 1926, foi empossado Ministro da Fazenda, permanecendo pouco mais de um ano no cargo. Candidato ao governo do Rio Grande do Sul, venceu a eleição de novembro de 1927, assumindo em janeiro do ano seguinte. (DICIONÁRIO, 2014)

de maior importância entre os tenentes foram Juarez Távora¹⁷, Siqueira Campos¹⁸ e João Alberto¹⁹.

Esse grupo se formou em função da quebra do acordo na sucessão presidencial e a ideia de uma candidatura de oposição surgiu ainda em 1928. Durante esse mesmo ano, a relação entre políticos foi uma constância de idas e vindas, de aproximações e distanciamentos. Washington Luís, ao apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes, desagradou os mineiros, pois contrariou o acordo firmado entre os dois estados. Os mineiros buscaram no Rio Grande do Sul o apoio político para formar a oposição. A partir de janeiro de 1929, as articulações se iniciaram com João Neves da Fontoura²⁰ sendo o articulador da aliança. Getúlio Vargas se mostrou reticente, pois o Rio Grande do Sul mantinha boas relações com o Governo Federal. Todavia,

em julho [de 1929], João Neves encontrou-se no Rio com o secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, incumbido por Antônio Carlos de obter uma resolução definitiva do Rio Grande do Sul. [...] As conversações resultaram na assinatura de um pacto secreto de aliança entre Minas e o Rio Grande do Sul, firmado em 17 de junho por João Neves, Francisco Campos e o deputado José Bonifácio Ribeiro de Andrada, irmão de Antônio Carlos. Conhecido como Pacto do Hotel Glória, o acordo prescrevia o veto ao nome de Júlio Prestes e a apresentação de um candidato gaúcho à sucessão presidencial, nomeadamente Vargas ou Borges de Medeiros. Ficou também consignado que o acordo só entraria em vigor após a homologação de Borges (DICIONÁRIO, 2014, p. 13).

Em 30 de julho de 1929, o Partido Republicano Mineiro aprovou a candidatura de Vargas a presidente e de João Pessoa a vice. No dia seguinte, o Partido Liberal (PL) gaúcho apoiou a candidatura e formou com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) a Frente Única Gaúcha (FUG)²¹ (DICIONÁRIO, 2014). Em

¹⁷ “Juarez do Nascimento Fernandes Távora (CE, 1898-1975). Militar do Exército. Revolucionário de 1922, 1924, da Coluna Prestes e de 1930. Ministro da Viação e Obras Públicas (1930). Delegado Militar do Norte (1930-31). Membro da Comissão de Correição Administrativa (1931) e da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios (1932). Ministro da Agricultura (1932-1934)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 609).

¹⁸ Siqueira Campos (SP, 1898-ARG 1930). Revolucionário em 1922 e 1924, Coluna Prestes. Participava dos preparativos da Revolução, quando morreu após a queda do avião em que viajava.

¹⁹ “João Alberto Lins de Barros (PE, 1897-1955). Militar e diplomata. Revolucionário de 1924. Participou da Coluna Prestes (1924-27). Revolucionário de 1930 no RS. Interventor SP (1930-31)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 502).

²⁰ “João Neves da Fontoura (RS, 1889-1963). Vice-presidente do RS (1928-1930). Um dos principais articuladores da Aliança Liberal (1929-30) e líder civil da Revolução de 1930. Revolucionário de 1932. Exilado (1932-34)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 543).

²¹ “Frente Única Gaúcha (FUG) - Coligação entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Liberal para o apoio à AL. Desapareceu em 1937 em função do novo cenário político partidário” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 658).

setembro, foi homologada a candidatura governista com Júlio Prestes para a presidência e Vital Soares, governador da Bahia, para vice com apoio de 17 estados. Também houve a definição oficial de Vargas e João Pessoa pela Aliança Liberal.

Segundo Fausto (2007), o programa da AL, de forma ampla, defendia a reforma política com o voto secreto, evitando as fraudes eleitorais, que mantinham o *status quo* até então, e a reforma social com a ampliação dos direitos trabalhistas, como jornada de oito horas, férias, décimo terceiro salário, extensão a direito de aposentadoria a setores ainda não beneficiados e regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Também defendia anistia aos perseguidos políticos, principalmente militares envolvidos nos movimentos da década. No âmbito econômico, pretendia o incentivo à diversidade econômica contra o predomínio cafeeiro.

Em março de 1930, ocorreu a eleição presidencial, a qual foi vencida por Júlio Prestes e aceita, de forma oficial, pela Aliança Liberal. Entretanto, os militares e alguns tenentes civis organizaram um movimento armado para assumir o poder. Osvaldo Aranha²², Carlos Lima Cavalcanti²³ e João Neves da Fontoura, políticos civis, foram chamados de tenentes civis por compactuarem com as propostas dos tenentes. A abertura do Congresso, em 3 de maio, demonstrou o conflito político e a perseguição por parte da situação a membros da AL, principalmente a bancada mineira, que perdeu a presidência de comissões importante (DICIONÁRIO, 2014). Durante os meses de maio e junho, os preparativos para a revolução seguiam oscilantes, com recuos e avanços. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado devido a motivos relacionados à vida pessoal e à política estadual. Esse foi o estopim para que demais políticos da Aliança Liberal, como Artur Bernardes e Borges de Medeiros²⁴, apoiassem em definitivo o movimento armado, que se desencadearia no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Nordeste, além do apoio de comandantes militares na capital federal.

²² “Osvaldo Euclides de Souza Aranha (RS, 1894-1960). Secretário do Interior e Justiça do RS (1928-1930). Um dos principais articuladores da Revolução de 1930. Presidente Interino do RS (1930). Ministro da Justiça (1930-31). Ministro da Fazenda (1931-34)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 507).

²³ “Carlos de Lima Cavalcanti (PE, 1892-1967). Líder civil da Revolução de 1930 em Pernambuco. Governador provisório PE (1930). Interventor PE (1930-35)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 525).

²⁴ “Antônio Augusto Borges de Medeiros (RS, 1863-1961). Líder do PRR. Cinco vezes governador do Rio Grande do Sul. Revolucionário de 1930 e de 1932. Preso (1932-1933)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 570).

Vargas e Borges consideravam indispensável obter, senão o apoio, pelo menos a neutralidade dos altos comandantes militares do Rio de Janeiro. Em 12 de setembro, Lindolfo Collor partiu para a capital, onde manteve contato com diversos oficiais, entre os quais os generais Augusto Tasso Fragoso, Francisco Ramos Andrade Neves e Alfredo Malan d'Angrene. Estabeleceram-se, assim, entendimentos para uma intervenção pacificadora no caso de um conflito prolongado (DICIONÁRIO, 2014, p. 23).

Em 25 de setembro, Vargas e Osvaldo Aranha decidiram-se pelo dia 3 de outubro para a revolução. Vargas inicia seu diário e aponta que todas as providências haviam sido tomadas e demonstra a expectativa para a Revolução que se iniciaria às 17 horas,

Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 4-5).

A Revolução tornava-se vitoriosa a cada dia que passava. Em 24 de outubro, Washington Luís foi deposto e formada uma Junta Governativa Provisória presidida pelo general Augusto Tasso Fragoso e integrada pelo general Mena Barreto e pelo contra-almirante José Isaías de Noronha (VARGAS, 1995, vol. 1). No dia 31 de outubro, Vargas chegou ao Rio de Janeiro onde assumiria o governo em 3 de novembro.

2.3 Instalação do Governo Provisório

Getúlio Vargas assumiu, em 3 de novembro, a presidência da República com o apoio de parte do Exército da capital, com controle militar do principal estado adversário, São Paulo, com uma aliança importante com o Partido Republicano Mineiro (PRM), além dos estados do Nordeste e do seu estado, com a FUG. Iniciava o Governo Provisório com a instalação do primeiro ministério²⁵, o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e municipais, sem prazo definido para a instalação de novas²⁶, e a revogação da Constituição de 1891,

²⁵ O primeiro ministério ficou constituído desta forma: Osvaldo Aranha (Justiça), José Maria Whitaker (Fazenda), general José Fernandes Leite de Castro (Guerra), contra-almirante Isaías de Noronha (Marinha), Juarez Távora (Viação e Obras Públicas), Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores), Joaquim Francisco de Assis Brasil (Agricultura). Assumiriam mais tarde novos ministros: Francisco Campos (Educação e Saúde Pública) e Lindolfo Collor (Trabalho, Indústria e Comércio). Batista Luzardo foi designado Chefe de Polícia (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 21).

²⁶ O Decreto nº 19.398 instituiu o Governo Provisório com poderes discricionários em toda sua

passando a governar por decretos-lei (PANDOLFI, 2003). Num primeiro momento do Governo Provisório, Vargas foi agente ativo das políticas de estado, amparado pelos grupos citados anteriormente.

A deposição dos antigos governadores e a nomeação de interventores para governarem as unidades estaduais estiveram entre as primeiras medidas adotadas por Vargas, com exceção dos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, onde Flores da Cunha²⁷ e Olegário Maciel, respectivamente, se mantiveram no poder. A duração do Governo Provisório passou a ser discutida entre membros da Aliança Liberal. Os políticos de carreira queriam eleições imediatas para restabelecimento da ordem vigente dentro de seus domínios regionais e locais, enquanto os tenentes desejavam o prosseguimento da revolução para implantar as mudanças mais profundas dentro do cenário político, econômico e social.

Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantlar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizado na sociedade brasileira. [...] qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da República Velha (PANDOLFI, 2003, p. 17).

No que diz respeito ao Estado a ser implantado, as divergências ganharam projeções ainda maiores. Os tenentes defendiam um Estado forte e centralizador, de cunho nacionalista e reformador. Para esse grupo, o liberalismo, o parlamentarismo e a representatividade não tinham capacidade para as reformas. Os tenentes

propunham medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica (PANDOLFI, 2003, p. 17).

Além disso, propunham

a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das Forças Armadas, a federalização das milícias estaduais, a criação de uma legislação trabalhista e a modernização da infraestrutura do país. Do ponto de vista político, os 'tenentes' aprovavam a centralização do poder nas mãos de Vargas e desconfiavam da representação partidária vista como palco para a

plenitude, nas esferas do Executivo e do Legislativo, até a eleição de uma nova Assembleia. Estabeleceu também as medidas destinadas a garantir vigência do novo regime, entre elas a dissolução dos órgãos legislativos do país e a suspensão das garantias constitucionais (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 24).

²⁷ "José Antonio Flores da Cunha (RS, 1880-1959). Senador PRR (1928-30). Um dos principais líderes revolucionários de 1930 no RS. Interventor RS (1930-35)" (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 531)

atuação de grupos voltados apenas para seus interesses privados (ERA, 2014, on-line).

Os tenentes propunham cada vez maior aprofundamento das reformas e por isso temiam os próprios aliados conservadores. Em fevereiro de 1931, foi fundado o Clube 3 de Outubro, presidido por Góis Monteiro²⁸, organização militar que visava ao debate e à discussão política sem, no entanto, afetar as Forças Armadas. Apoiavam o Governo de Vargas com este programa:

A defesa de um governo central forte; a intervenção do Estado na economia; a representação corporativa eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas e dos transportes; a exploração estatal dos recursos hídricos e minerais; e a implantação da legislação trabalhista (PANDOLFI, 2003, p. 21-22).

No que se refere às ações de governo, Vargas aproximou-se do tenentismo e manteve-se mais distante dos políticos tradicionais. Os políticos dissidentes que compunham a AL, após a revolução, eram favoráveis ao retorno do liberalismo e da federação. Os estados das regiões Norte e Nordeste que haviam perdido espaço político desde a implantação da República, no governo de Vargas passaram a receber maior importância no cenário, atuando também de forma conjunta.

O federalismo fortemente presente na Constituição de 1891 não lhes havia sido favorável ao longo da República. Por isso eles desejavam um Estado mais intervencionista e centralizador. Eram, portanto, mais sensíveis às propostas do tenentismo (PANDOLFI, 2003, p. 18).

Vargas, como já apresentado, implantou o sistema de interventorias, nomeando para o governo dos estados militares, retirando o poder das elites locais e submetendo-as ao governo central e ao Presidente da República. No Norte e Nordeste, além dos interventores, Juarez Távora foi nomeado para supervisioná-los, buscando integrar politicamente os estados da região, que, na República Velha, estavam marginalizados do poder. Nesta nova organização, pelo fato de não estarem próximos às elites regionais, crises políticas foram frequentes, ocasionando

²⁸ “Pedro Aurélio de Góis Monteiro (AL, 1889-1956). Militar do Exército. Chefe militar da Revolução de 1930 no RS. Membro do ‘Gabinete Negro’ (1930-31). Um dos articuladores e presidente do Clube 3 de Outubro (1931). Comandante da 2ª RM/São Paulo (1930-32), da 1ª RM/DF (1932) e do Destacamento do Exército de Leste durante a Revolução de 1932. Membro da Subcomissão do Itamarati (1932-33). Ministro da Guerra (1934-35)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 575).

substituição dos interventores, evitando o seu aprofundamento, seguindo uma política de reformas, mas conciliatória. O caso de São Paulo, por ter seus interesses atingidos com a Revolução, foi o de maior conflito político. Em menos de dois anos, cinco interventores estiveram no comando do estado.

Em agosto de 1931, foi promulgado o Código de Interventores, Decreto-lei nº 20.348, que regulamentava o controle já existente por parte do governo central sobre os governos estaduais. Esse retirava a autonomia dos estados para contrair empréstimos externos, limitava em 10% da despesa ordinária os gastos da polícia militar, não permitia às polícias estaduais artilharia e aviação, não podendo ser o seu armamento superior em relação ao do Exército. “Para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da República Velha, a nacionalização das Forças Armadas era uma questão crucial. Para diminuir o poder das oligarquias regionais era necessário diminuir o seu poder de fogo” (PANDOLFI, 2003, p. 19). Percebe-se que a questão militar está relacionada ao político.

No que se refere ao campo social e à política trabalhista, em novembro de 1930, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também chamado Ministério da Revolução, pasta comandada por Lindolfo Collor. Entre 1931 e 1934, período que se insere na pesquisa, o trabalhador brasileiro foi beneficiado por alguns decretos e leis a partir dos quais o governo “teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo” (FAUSTO, 2007, p. 335). Antes desse período, já havia algumas leis trabalhistas, as quais começavam de forma lenta com o crescimento do operariado e manifestações grevistas²⁹. Com Vargas, houve uma política de governo para o trabalho.

A Revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. Marcou também o fim da autonomia do movimento sindical e o início da vinculação sistemática dos sindicatos ao governo através do Ministério do Trabalho [...] Com a criação desse ministério, o Poder Executivo tomava diretamente para si a formulação e a execução de uma política trabalhista (D'ARAUJO, 2003, p. 223).

²⁹ Em 1917, foi criada a Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados. Em 1923, foi criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, com a Lei Eloy Chaves. Em 1930, já eram 47 “caixas” atendendo, entre aposentados e pensionistas, 15.000 pessoas, e, em 1932, passaram a ser 140 “caixas” atendendo em torno de 200 mil pessoas. Em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho. Antes de 1930, algumas categorias já contavam com lei de proteção contra acidentes e lei de férias. Em 1927, foi criado o Código de Menores, que foi regulamentado em 1933 (D'ARAUJO, 2003, p. 221-222).

Diversos foram os benefícios, destacando-se, entre eles, a regulamentação da jornada de trabalho do comércio e da indústria em oito horas; do trabalho da mulher e do menor; do direito a férias, pensão e aposentadoria, além de ser instituída a carteira de trabalho (PANDOLFI, 2003). A subordinação dos sindicatos ao Estado foi fundamental para a reforma trabalhista. Em março de 1931, através do Decreto-lei 19.770, foi estabelecido o Sindicato Único, por meio do qual o governo reconhecia apenas um sindicato por categoria e apenas os trabalhadores filiados seriam beneficiados pelas políticas trabalhistas. “O decreto se notabilizava em quatro aspectos: organização sindical regulada pelo Estado; neutralidade política; autonomia limitada e unicidade sindical” (D’ARAUJO, 2003, p. 223). As Juntas de Conciliação e Julgamento foram criadas para intermediar os conflitos entre patrões e empregados. As lideranças, antes vinculadas às ideias anarquistas e comunistas, passaram a ser substituídas por membros que apoiavam o projeto varguista e os sindicatos autônomos se extinguíram, pois as bases se beneficiavam somente através da legalidade do sindicato. O Decreto-lei nº 24.694, de 12 de julho de 1934, substituiu o Decreto-lei nº. 19.770, estabelecendo a pluralidade sindical (FAUSTO, 2007).

Assim como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, sob o comando do Ministro Francisco Campos durante o Governo Provisório. Até 1930, a educação esteve vinculada aos estados. Com Getúlio Vargas houve preocupação com o ensino secundário e superior. O primeiro deixou de apenas preparar para o ingresso nas escolas superiores e passou a contar com um currículo com objetivo de formar novas elites. “A reforma de Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de um diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior” (FAUSTO, 2007, p. 338). No que tange ao ensino superior, a única universidade, a do Rio de Janeiro, consistia em três escolas: Faculdade de Direito, Medicina e Politécnica. O objetivo era a criação de centro de ensino e pesquisa (FAUSTO, 2007). Somente em 1934, sem estar sob a tutela do governo central, surgiu a primeira universidade, a USP.

A política econômica também foi alvo de reformas a fim de que o governo central a controlasse. Em abril de 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNF), formado por membros dos estados produtores, fiscalizado pelo Ministério da Fazenda de acordo com o Decreto-lei nº 20.405, de setembro do mesmo ano. Em

dezembro, a política centralizava ainda mais o controle com o aumento do imposto de exportação, destruição de 12 milhões de sacas e compra do excedente pelo Conselho Nacional (VARGAS, 1995, vol. 1). Em fevereiro de 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café (DNF), subordinado ao Ministério da Fazenda. A política de diversificação econômica também foi marcada pela criação do Instituto do Cacau (1932) e Instituto do Açúcar e do Alcool (1933).

Outra ação por parte do governo que justifica sua forte presença nesse período foi o Decreto-lei nº 20.047, de maio de 1931, em que o Estado passou a regular os serviços de rádio, telefonia e telegrafia e, sendo assim, passou a possuir o controle das concessões desses serviços (VARGAS, 1995, vol. 1, p.63).

Dessa forma, tais ações justificam ser denominado este primeiro período do Governo Provisório como de ações de estruturação do governo. De forma centralizadora, Vargas implantou medidas públicas que, ao mesmo tempo em que favoreceram uma parcela maior da população, também levaram à reação da oposição.

2.4 A força da oposição

Posta à margem do poder, a oposição, principalmente paulistas, mas também parte dos mineiros, gaúchos e outras forças secundárias, reage contra o que entende como autoritarismo de Vargas e passa a pressionar o governo.

De São Paulo, em virtude de sua força política e importância econômica, é que se origina a maior pressão sobre o governo de Vargas para o constitucionalismo.

Em razão disso, em 24 de fevereiro 1932, foi editado o Código Eleitoral, Decreto-lei nº 20.076. A nova lei eleitoral estabeleceu o sufrágio universal e o voto secreto. Este último fora uma das principais bandeiras da Aliança Liberal no combate aos velhos costumes políticos da República Velha e, por isso, representou o cumprimento da Revolução de 30, como também uma garantia do retorno ao constitucionalismo. O decreto-lei também ampliou significativamente o número de eleitores ao dar o direito de voto às mulheres. Permaneciam sem esse direito os menores de 21 anos e os analfabetos, além de clérigos regulares e praças-de-pré³⁰

³⁰ Praças-de-pré eram cidadãos que estivessem servindo como praças em trabalhos militares e policiais (GOMES, 1996, p. 16).

(GOMES, 1996). A representação de classe³¹ foi instituída para a futura Assembleia Constituinte com dezessete representantes dos empregadores, dezoito dos empregados, três funcionários liberais e dois funcionários públicos. Esses representantes seriam uma força alternativa frente aos setores políticos tradicionais, “neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembleia Constituinte” (PANDOLFI, 2003, p. 24). O Código Eleitoral instituiu a Justiça Eleitoral, responsável por fiscalizar e legitimar os pleitos, retirando do Poder Legislativo tal tarefa, significando o rompimento com as práticas que a AL combatia em sua campanha. A Justiça Eleitoral era composta pelo Tribunal Superior no Distrito Federal, por Tribunais Regionais nas capitais dos estados e por juízes eleitorais nas comarcas e distritos (GOMES, 1966).

O estabelecimento da Justiça Eleitoral, ao lado do voto secreto, ganhava a dimensão de um ato de moralização da vida política no Brasil, possibilitando a livre expressão da vontade popular e a abertura do jogo político democrático com a participação das oposições (GOMES, 1996, p. 17).

Outra medida adotada pelo governo foi definir a data para as eleições. No dia 14 de maio de 1932, Vargas assinou o Decreto-lei nº 21.402, que criou a comissão para a elaboração do anteprojeto constitucional e fixou o dia 3 de maio de 1933 como data das eleições para a Assembleia Constituinte.

Estas duas iniciativas governamentais, sem dúvida relevantes para a condução do processo de constitucionalização, foram tomadas num momento de grande tensão na política nacional. [...] representavam uma tentativa de acalmar o clima político (GOMES, 1996, p. 18).

A fim de controlar a pressão dos políticos rivais, Vargas concedeu abertura, que não foi capaz de conter seus opositores. Além disso, provocou descontentamento dos tenentes.

A aproximação com o tenentismo e suas ideias de centralização, nacionalismo e autoritarismo durante o ano de 1931 levou ao afastamento dos políticos liberais e federalistas, haja vista o rompimento do Partido Democrático de São Paulo com o governo em janeiro de 1932 e da FUG em março do mesmo ano. A nomeação de Interventores e a postura contrária ao poder local tradicional

³¹ Regulamentada pelo Decreto nº 22.627, de 5 de abril de 1933, determinando o número de 214 deputados a serem eleitos pelo sistema proporcional e instituindo as bancadas classistas (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 202).

demonstram que o presidente compactuava com o ideal de Estado centralizador e intervencionista. Pode-se perceber que as ações de estruturação do Governo Provisório seguiram a direção centralizadora e intervencionista.

A formação da Frente Única Paulista (FUP), em fevereiro de 1932, com a aproximação do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Democrático (PD), demonstrava uma reação frente às medidas governistas. A elite paulista queria o retorno à democracia liberal com a convocação da Assembleia Constituinte e a nomeação, até as eleições, de um interventor que fosse paulista e civil. Em março de 1932, Vargas nomeou Pedro de Toledo, um civil paulista, mas que não tinha prestígio frente à oposição insatisfeita.

No Rio Grande do Sul, em março, a FUG se fragmentou: a ala liberal composta pelo Partido Liberal (PL) aproximou-se dos paulistas. Dentro do PRR, parte seguiu Borges de Medeiros, que queria a convocação da Assembleia, enquanto outro grupo se manteve fiel a Getúlio Vargas e às medidas adotadas pelo seu governo. Flores da Cunha, interventor nomeado por Vargas em 1930, liderou este último grupo, formando o Partido Republicano Liberal (PRL). “Assim, a criação do PRL visava justamente reorganizar o sistema político e partidário nacional e regional, de modo a garantir a sustentabilidade dos seus respectivos governos” (ABREU, 2005, p. 77-78).

Nas Forças Armadas, a alta oficialidade mostrava-se insatisfeita com a importância que assumiram os tenentes. “A participação dos tenentes rebeldes no poder subvertia a hierarquia militar e acirrava as tensões entre a baixa e a alta oficialidade iniciadas na década anterior.” (PANDOLFI, 2003, p. 23) Portanto, ainda que tenha realizado algumas promoções em patentes superiores, Vargas enfrentava resistência dentro da alta cúpula do Exército, pois a ascensão dos tenentes não era bem vista.

Os conflitos entre os simpatizantes governistas e os tenentistas se intensificaram, merecendo destaque o ataque, no dia 25 de fevereiro (dia seguinte à promulgação do Código Eleitoral), à sede do jornal *Diário Carioca*, de ideais contrários aos do tenentismo (PANDOLFI, 2003). Para o tenentismo, a abertura do processo de constitucionalização colocava em risco os avanços conquistados pela Revolução. Instalou-se uma crise no governo, pois Vargas não punira os culpados

pelo ataque. Insatisfeitos, membros do governo renunciaram³². Então, a promulgação da Lei Eleitoral e definição da data para as eleições poderiam ser interpretadas como sinais de que estaria disposto ao retorno da ordem constitucional.

2.4.1 A Revolução Constitucionalista

Nesse contexto, em 23 maio de 1932, estudantes depredaram a sede de dois jornais pró-Vargas: *A Razão* e *Correio da Tarde*. Os conflitos estenderam-se para as ruas, onde quatro estudantes anti-Vargas morreram, levando os opositores a fundarem um movimento que trazia as iniciais dos estudantes mortos, MMDC³³, e que tinha como objetivo organizar um levante armado contra Getúlio.

Em 9 de julho de 1932, a crise e a insatisfação paulista levaram à eclosão armada, sob a liderança de Isidoro Dias Lopes³⁴, com o apoio da Frente Única Paulista e de grande parte da população, como cafeicultores, classe média, comerciantes e industriais. Apenas a classe operária organizada não esteve inserida na luta (FAUSTO, 2007). Os paulistas queriam o fim do regime autoritário, o retorno da democracia e da federalização, com maior autonomia para o estado.

Assim, a revolta paulista de 1932 representou o primeiro desafio do Governo Provisório, pois demonstrou o quanto a oligarquia, detentora de poder decisório durante a República Velha e agora alijada do poder, era suficientemente capaz de arregimentar forças. A Revolução significou basicamente a medição de forças entre São Paulo e o centro de decisão política do país (o Governo Provisório de Getúlio Vargas) (CAMPOS, 2005, p. 80).

Durante quase três meses, os paulistas enfrentaram o governo federal. Indústrias adaptaram-se à produção bélica, enquanto civis se alistaram para prestar serviço à causa. O uso da propaganda para chamamento aos cidadãos foi uma ferramenta importante. No entanto, o poder bélico do governo federal era muito

³² No dia 3 de março, os ministros do Trabalho, Lindolfo Collor, e da Justiça, Maurício Cardoso, o chefe da Polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo, e o consultor jurídico do Banco do Brasil, João Neves da Fontoura, representantes do Rio Grande do Sul no Governo Provisório, pediram renúncia coletiva. O episódio ficou conhecido como a crise dos demissionários gaúchos (VARGAS, 1995, vol.1, p. 93).

³³ Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

³⁴ "Isidoro Dias Lopes nasceu, no Rio Grande do Sul, em 1865. Chefe militar da Revolução de 1924 em São Paulo. Exilado, apoiou a Revolução de 1930. Inspetor do 2º Grupo de Regiões Militares em 1932, foi um dos principais articuladores e chefe geral da Revolução Constitucionalista" (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 561).

superior à capacidade dos paulistas. Segundo FAUSTO (2007), o governo federal contava com 18.000 homens, além da Brigada do Rio Grande do Sul, enquanto os paulistas tinham 8.500 homens. Somando-se a isso, a artilharia, a munição e a aviação das forças federais sobrepunham-se decisivamente no conflito. A partir da metade do mês de setembro, as tropas federais passaram a ocupar o estado paulista de maneira sistemática, levando à rendição dos revolucionários, em 1º de outubro de 1932, perante o militar governista Góis Monteiro.

A 'guerra paulista' teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. [...] Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam que estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central (FAUSTO, 2007, p. 350).

Mesmo vencendo, Vargas teve de se comprometer com a instalação da Assembleia Constituinte, que, antes mesmo de iniciar a Revolução Constitucionalista, já havia sido decretada, além da escolha de um civil apoiado pela elite paulista como interventor no estado, levando à nomeação de Armando Sales de Oliveira, em agosto de 1933.

Para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões de setores que, mesmo tendo realizado a revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho de estado. Transcorridos dois anos do governo de 'arbítrio', diversas facções políticas radicalizaram suas demandas pela constitucionalização, levando o país a uma guerra civil. Desta forma poderíamos caracterizar a Constituinte de 1934 não como um fruto da revolução e sim como uma exigência da contrarrevolução. Num primeiro momento, portanto, a luta pela constituinte vai funcionar como polo aglutinador, reunindo desde elementos explicitamente contrários à Revolução de 1930, até elementos nitidamente revolucionários, dentre os quais figuravam até mesmo partidários do governo Vargas. Somente num segundo momento é que o governo provisório encampa esta proposta, esvaziando-a de seu conteúdo oposicionista e colocando-a como intenção legítima de toda a nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder, particularmente o próprio Vargas (GOMES, 1996, p. 12-13).

A eclosão da revolução em São Paulo não foi acompanhada em outros estados, tais como Rio Grande do Sul e Minas. Apenas em Mato Grosso, houve apoio aos paulistas, mas sem representar importância. As oposições não se dispunham a enfrentar, pelas armas, o governo central (FAUSTO, 2007). No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha manteve-se fiel a Getúlio Vargas, pois, naquele

momento, ainda dispunha de meios e autonomia para governar o estado, tanto sob o aspecto político quanto econômico.

A vitória governamental sobre a Revolução Constitucionalista só pode ser entendida quando levamos em conta as divisões internas entre as principais facções regionais oligárquicas que dela deveriam participar. Nesse quadro, o governo provisório, utilizando todos os seus recursos do poder, estimula tais cisões, permitindo o isolamento dos paulistas e sua posterior derrota militar. A não adesão do Rio Grande do Sul e a participação ativa de Minas Gerais nos combates aos constitucionalistas [...] ilustram bem a alteração substancial ocorrida nas relações entre o poder central e estadual (via interventores). O tenentismo, que inegavelmente ainda dispunha dos principais cargos da administração pública, apresentava-se igualmente cindido, principalmente no que dizia respeito às suas relações com a oligarquia (GOMES, 1996, p. 27).

Políticos tradicionais, como Borges de Medeiros, Assis Brasil, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, tiveram direitos políticos suspensos ou foram exilados. Nas Forças Armadas, houve um rearranjo com a expulsão de generais que alcançaram seus postos antes da Revolução de 1930. A sua participação na Revolução de 1932 justificou seus afastamentos. Por outro lado, militares importantes no Governo Provisório foram promovidos a generais, dentre eles Eurico Dutra e Góis Monteiro, que passaram a ocupar cargos importantes no Clube Militar e no Ministério da Guerra. Politicamente foi uma derrota para o tenentismo, cujos defensores perceberam o esvaziamento da possibilidade de reformas profundas e da continuidade da forma de governo. O tenentismo entrou em declínio, levando a dividir-se em dois grupos. Um reconheceu o contexto e preparou-se para as eleições, enquanto o outro se manteve imóvel quanto à recondução das práticas políticas. Para o último, a constitucionalização representava um retrocesso, a quebra do processo revolucionário, sem que atingisse todos os espectros da política oligárquica da República Velha. O tenentismo revolucionário com suas orientações de governo abominava a política representativa, que permitia dar vida ao Brasil retrógrado. Importante é notarmos que desvalorizar a política é uma forma de política.

Evidentemente, este conflito não se esgotava numa simples luta de poder pelo poder. De uma forma muito esquemática, o que estava em jogo era toda uma diretriz de organização institucional do Estado do Brasil. [...] os setores revolucionários do tenentismo, ao mesmo tempo em que despoltizavam o campo da política [...] defendiam um modelo de Estado nitidamente antiliberal, na medida em que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo (GOMES, 1996, p. 26).

O contexto não mais comportava o tenentismo e a maneira de condução política do Estado Nacional. Enfim, o processo político tomava o rumo desejado por aqueles apeados do poder em 1930.

2.5 Constitucionalização

O momento indicava que era necessária a ação do governo para a recondução à ordem legal. Não era mais possível governar sem atender às demandas do estado mais forte da federação, São Paulo, e das oposições de estados importantes: Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Vargas passou então a controlar o processo de constitucionalização.

O importante a fixar nesta situação é que o Governo Provisório atravessa um momento de desarticulação em suas bases políticas, que o levou a ceder politicamente, embora tenha sido vitorioso do ponto de vista militar. Entretanto, a concessão que era feita resguardava para o governo uma condição essencial: o controle da direção e o do encaminhamento do processo de constitucionalização, que a Revolução de 1932 tornara irretroativo (GOMES, 1996, p. 19).

Dando andamento ao processo político, em 1º de novembro de 1932, foi assinado o Decreto-lei nº 22.040, regulando a Comissão Constitucional, encarregada do anteprojeto de Constituição que seria apresentado pelo governo à Assembleia Constituinte. Dias depois, foi criada uma subcomissão³⁵ para iniciar os trabalhos do anteprojeto, que foi definido entre novembro de 1932 e maio de 1933³⁶.

A eleição da Assembleia Constituinte de 3 de maio de 1933 foi vencida, de forma geral, pelos partidos de situação. Como vista às eleições, os tenentes buscaram agregar os adeptos da Revolução em prol de um partido nacional fazendo frente aos partidos regionais da velha política. Coube aos interventores liderar o

³⁵ “Conhecida como subcomissão do Itamarati, possuía os seguintes membros: Afrânio de Mello Franco (presidente); Temístocles Cavalcanti (secretário-geral); Assis Brasil, ex-membro da comissão que elaborou o Código Eleitoral e Ministro da Agricultura; Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda; José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas; Carlos Maximiliano, relator da subcomissão; Arthur Ribeiro, de Minas Gerais; Prudente de Moraes Filho, de São Paulo; Agenor Roure; João Mangabeira; Oliveira Vianna e Góis Monteiro. Antes da conclusão do anteprojeto, retiraram-se da subcomissão Arthur Ribeiro e Oliveira Vianna, sendo substituídos por Castro Nunes e Solano da Cunha” (GOMES, 19696, p.21-22).

³⁶ Dentre os 129 artigos, destacamos as seguintes linhas: “supressão do Senado e instalação do Conselho Supremo, instituição do Legislativo formado por uma Câmara, Assembleia Nacional, eleições diretas para Legislativo, participação dos ministros no Legislativo, rejeição da representação de classes, consagração das leis trabalhistas, nacionalização e proteção da economia, legislação sobre educação, saúde, funcionalismo, família e segurança nacional” (GOMES, 1966, p. 22).

processo em defesa de Vargas. O resultado das eleições deu vitória ao Partido Republicano Liberal no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, venceu a Chapa Única por São Paulo Unido, composta pelos partidos Democrático e Republicano Paulista. Já em Minas Gerais venceu o Partido Progressista.

Em 15 de novembro de 1933, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. Pode-se destacar que a Assembleia esteve sempre sob olhar do Poder Executivo com sua estruturação interna sendo conduzida a partir de sua perspectiva. Através de ministros e interventores, Vargas pôde influenciar e manter-se informado no processo da constituinte.

Foi formada a Comissão Constitucional para estudar o anteprojeto e emendas. Sem nos aprofundarmos no andamento da constituinte, é importante ressaltar que os conflitos, disputas políticas e acordos permearam todo o processo durante mais de meio ano. “Assim, apesar de todos os esforços e do relativo sucesso e da interferência governamental em seus trabalhos, em muitas questões a Constituinte consegue reunir um número significativo de deputados contrários a Vargas e às suas manobras” (GOMES, 1996, p. 35).

No dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a Constituição Federal. Os principais pontos da Constituição foram a manutenção do Federalismo, mesmo que limitando, em alguns aspectos, a autonomia dos estados; o Estado poderia intervir na economia e em assuntos sociais, sem, no entanto, conceder amplos poderes ao Executivo. Também previa a nacionalização de recursos naturais, garantindo a defesa econômica do país. No que concerne ao social, garantia a pluralidade dos sindicatos. Quanto à educação, garantia o ensino primário gratuito e obrigatório. Os governadores seriam eleitos pelas assembleias estaduais, tendo mandato de quatro anos, assim como o presidente. Em discurso na Assembleia Constituinte, Vargas mostrou-se insatisfeito com a Constituição aprovada, entendendo como retrocesso a retirada dos poderes do presidente, impossibilitando a administração e a manutenção da ordem (PANDOLFI, 2003).

No dia 17 de julho de 1934, Vargas foi eleito, por voto indireto, Presidente da República com 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros³⁷. Getúlio Vargas reorganizou o novo Ministério, favorecendo os estados que o haviam apoiado e

³⁷ Além dos dois, Góis Monteiro recebeu quatro votos, Protógenes Guimarães, dois e Raul Fernandes, Artur Bernardes, Plínio Salgado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Afrânio de Melo Franco, Firmino Paim Filho, Levi Carneiro e Oscar Weinschenck, um voto cada. (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 307).

definitivamente desvinculando-se do tenentismo. Nas eleições para o Congresso Nacional e assembleias legislativas estaduais, houve derrota de mais da metade dos interventores nomeados por Vargas. O Presidente aproximou-se também do Exército, onde a figura de Góis Monteiro passaria a ter projeção.

Durante o ano de 1931, os motivos e as ações de estruturação do Governo Provisório caracterizam-se por serem centralizadores e intervencionistas, pois a nomeação de interventores e a postura contrária ao poder local tradicional demonstram as ideias do Presidente. Pode-se perceber que as ações de estruturação do Governo Provisório seguiram a direção de um Estado forte e hierárquico.

O período que se inicia em 1932 e termina com a Constituição Federal de 1934 marca uma mudança no Governo Provisório. Sob a ótica do tenentismo, houve um retrocesso, pois somente com um governo forte poderia manter-se a Revolução. Esse movimento se esvaziou politicamente com alguns quadros se adequando à nova ordem política. Para a oposição, foi uma conquista o retorno ao constitucionalismo, confirmando a reação dos marginalizados politicamente durante o ano de 1931. A Constituição de 1934 permitiu uma autonomia importante aos estados. Getúlio Vargas fez a leitura do contexto, visto que, sabendo que não poderia manter a política de Estado que seguia logo após a Revolução, soube conduzir e aglutinar novas lideranças políticas, garantindo sua eleição e permanência no governo.

3 A ESCRITA DO PRESIDENTE

Os escritos pessoais permeiam a história humana desde a antiguidade, porém o diário, o escrito íntimo que valoriza o tempo de quem o escreve, pertence à cultura burguesa. A valorização do indivíduo e a noção de pertencimento histórico levaram, primeiramente, os homens e, depois, as mulheres a fazerem anotações pessoais e resultaram no surgimento do diário tal como conhecido hoje. O diário como fonte histórica gera controvérsias. Como, a princípio, ele é íntimo e secreto, considera-se que o documento é fidedigno à ótica do escritor, levando em conta a hipótese de o diarista não pressupor que suas anotações se tornem públicas. Por outro lado, sendo pessoal e subjetivo, pode conter informações que não apresentam veracidade com a época.

A escrita de um diário por um homem público nos leva a indagar: Nessa circunstância, quais os objetivos de Vargas ao tomar notas dos acontecimentos quase que diariamente? Mesmo escrevendo para si, deveria supor que escritos de um político poderiam tornar-se públicos no futuro ou isso nunca fez parte de seus pensamentos?

Getúlio Vargas apresenta, em seus diários, sua personalidade, as dúvidas e incertezas dentro de um contexto bastante conturbado. Neste trabalho, não se pretende fazer uma história positivista, pois, dentre outras características, ela está ultrapassada e valorizava a história feita a partir dos heróis. Por outro lado, a história, principalmente a marxista, colocou o processo histórico acima das individualidades, maximizando o coletivo, o que também não se almeja. Entende-se, sim, que o contexto é de extrema importância e que os sujeitos somente são sujeitos históricos quando inseridos no mesmo. Getúlio Vargas demarcou uma posição importante no cenário político da primeira metade do século XX. Sérgio Franco (1998) já afirmou que este personagem está além do seu meio e que deixou sua marca na história do Brasil.

Ninguém se animará a dizer que ele tenha sido simples joguete dos fatores e condições materiais da sociedade ou mero realizador de propostas e reivindicações de terceiros. Não. Seja qual o juízo de valor de seus julgadores, é indiscutível que o ilustre gaúcho missioneiro, em um quarto de século de participação na vida brasileira, deixou a marca pessoal do seu modo de ser, de opinar, de decidir e de contemporizar, de suas convicções

políticas e sociológicas, de seu caráter e sua filosofia de vida (FRANCO, 1998, p. 8).

O personagem Getúlio Vargas é singular dentro da história republicana do Brasil no século XX. Sua pessoa é marcante e fundamental para os acontecimentos da política nacional entre os anos de 1930 e 1954, quando foi protagonista. Características pessoais de formação, pensamentos e ideologia acerca da política, postura e modos de conduzir o poder ao comandar a nação não foram criações da conjuntura em que ele estava inserido, mas marcas dele próprio. Outro personagem não poderia ser forjado naquele meio. É dever também frisar:

Se os indivíduos podem ser decisivos e marcantes na evolução das sociedades e das nações, seria absurdo pretender que levitassem acima do tempo e das circunstâncias, da estrutura socioeconômica em que vivem inseridos e das correntes de pensamento em que se educaram (FRANCO, 1998, p. 8)

Vargas foi homem de seu tempo, e suas ações e procedimentos como homem público não teriam espaço nem sintonia em outro momento histórico. Dessa forma, Vargas é singular nas condições históricas em que esteve inserido, mas o contexto foi fundamental para ele deixar sua marca.

O diário de Getúlio Vargas tem anotações, entre 3 de outubro de 1930 e 27 de setembro de 1942, em 13 cadernos. Nestes, constam questões de ordem pública e pessoal, seus sentimentos e percepções. Os arquivos encontravam-se com a família, na pessoa de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio. Com a morte desta, em 1992, sua filha Celina Vargas do Amaral Peixoto passou a organizar os arquivos da família e, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), decidiu pela publicação. Celina justifica a publicação, na apresentação do livro, pelo fato de entender que a melhor forma de preservação dos documentos é divulgá-los e transformá-los em informação. Os diários de Vargas foram transformados na publicação do livro *Getúlio Vargas: Diário*, em 1995, pela FGV em dois volumes³⁸. A

³⁸Conforme as notas metodológicas da publicação, originalmente os diários de Getúlio Vargas foram escritos em 13 cadernos: Caderno 1, de 3 a 11 de outubro de 1930; Caderno 2, de 11 de outubro de 1930 a 3 de fevereiro de 1931; Caderno 3, de 4 de fevereiro de 1931 a 6-8 de março de 1932; Caderno 4, de 9 e 10 de março a 12 de setembro de 1932; Caderno 5, de 13 e 14 de setembro de 1932 a 20 de janeiro de 1933; Caderno 6, de 21 e 22 de janeiro a 15 e 16 de julho de 1933; Caderno 7, de 17 de julho de 1933 a 3 e 4 de março de 1934; Caderno 8, de 6 de março de 1934 a 5 de outubro de 1935; Caderno 9, de 6 de outubro de 1935 a 22 de janeiro de 1937; Caderno 10, de 24 de janeiro de 1937 a 19 de janeiro de 1939; Caderno 11, de 20 de janeiro de 1939 a 16 de janeiro de

estrutura da publicação do primeiro volume contempla o período de outubro de 1930 ao final de 1936 e o segundo do início de 1937 a abril 1942³⁹. No primeiro volume, são apresentadas notas metodológicas acerca da produção e publicação dos Diários. Julga-se relevante, com base nessas, apresentar, de forma sucinta, a obra para que a compreensão do trabalho seja mais clara. De acordo com as notas, a publicação não foi uma cópia fiel dos manuscritos originais, mas uma organização para apresentar os mesmos de forma articulada. É informado que as datas foram mantidas como no original, mesmo em caso de repetição, enunciação incompleta ou sequências não padronizadas. Segundo as notas metodológicas, a ortografia foi atualizada, a gramática ou situações evidentes de equívocos corrigidos, bem como nomes próprios desdobrados e pontuação ajustada. No entanto, também informam que foi mantida a característica própria da escrita do autor, sendo indicadas com asterisco e colchetes as correções e intervenções da edição. Nas notas metodológicas, o leitor também é informado que foram utilizadas três ferramentas para auxílio e compreensão da obra: notas de roda pé seguindo critério explicativo acerca de determinados assuntos abordados por Getúlio Vargas, sem fazer qualquer aprofundamento e análise dos mesmos. O segundo instrumento em favor do leitor, que está no final do segundo volume, é o índice biográfico dos personagens citados ao longo do diário contendo informações de data e local do nascimento, formação, atividades principais no período, ou de relevância em outros, e data de falecimento, possibilitando ao leitor a identificação dessas personalidades dentro do contexto histórico. Por fim, também no término do segundo volume, temos o índice temático e intitutivo fornecendo o panorama das instituições, temas, eventos, partidos políticos e órgãos de importância no período.

Maria Luiza Ritzel Remédios foi, possivelmente, a primeira autora a trabalhar os Diários de Vargas sob a ótica dos estudos literários, classificando os mesmos como relatos confessionais, que, no século XX, se desenvolveram caracterizados “pela crença no indivíduo, pela atitude confessional e pelo objetivo de preservar um capital de vivências e recordações de fatos históricos” (REMÉDIOS, 1996, p. 206). Remédios aborda os diários na perspectiva de autobiografia.

1940; Caderno 12, de 17 de janeiro de 1940 a 25 de maio de 1941 e Caderno 13, de 26 de maio de 1941 a 27 de setembro de 1942.

³⁹ O penúltimo dia de registro foi em 30 de abril de 1942. Em 27 de setembro do mesmo ano, foi feito o último registro, no qual escreveu que, em 1º de maio, havia sofrido um acidente e que encerrava suas anotações. Dessa forma, adotamos abril como final dos escritos para fins práticos de análise.

Pode-se, pois, pensar o Diário de Getúlio Vargas a partir da definição de autobiografia proposta por Lejeune [...] pois Getúlio Vargas, sujeito histórico, real, faz um relato, retrospectivo, a cada dia, da sua própria existência, enfatizando a história de sua personalidade simultaneamente aos fatos políticos de seu governo e da história do País (REMÉDIOS, 1996, p. 207-208).

No entanto, para LEJEUNE, as autobiografias são “meios sociais de comunicação individual [...] A autobiografia é feita para transmitir um universo de valores, uma sensibilidade ao mundo, experiências desconhecidas, e isto no quadro de uma relação pessoal percebida como autêntica e não ficcional” (LEJEUNE, 2002, p. 53-54). Para esse autor, em definição geral, um diário não é autobiografia, pois esta seria uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Nesse sentido, os diários de Vargas entendem-se como autobiografia, pois ele constrói uma imagem, valoriza sua história e faz diariamente o relato dos acontecimentos que ele julga significativos. Vargas mesmo justifica-se no dia 18 de março de 1939, dizendo: “Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 209). Nada é mais explícito do que estar fazendo um relato reflexivo.

Outra autora que trabalhou com diários foi Maria Teresa dos Santos Cunha (2005). Ela analisa dois diários femininos escritos entre 1964 e 1974, apresentando os escritos como instrumentos para a construção de um discurso. Pode-se valer de suas palavras quando diz que os diários são

instrumento eficaz de apropriação da palavra e criação de um discurso, constituindo-se, ao mesmo tempo, em modos de conhecer e de se fazer conhecer; eles são práticas sociais que partilham, também, da construção da história de indivíduos que se inventam pelas práticas de escritas de si (CUNHA, 2005, p. 2).

Por tudo isso, pode-se dizer que Getúlio Vargas escreve para si, mas também se faz conhecer através do seu discurso no diário. Conhece-se o político preocupado com a situação nacional, o homem que assume a responsabilidade pelo momento histórico, o líder preocupado com a nova forma de concepção de política, dentre tantos outros aspectos que o presidente apresenta. A preocupação e rigor com as anotações faziam com que, mesmo não escrevendo diretamente nos

cadernos, por motivo de esquecimento dos mesmos quando viajava, anotasse em papéis avulsos os acontecimentos do dia, passando para o caderno e retomando as anotações. Nesse sentido,

uma das características do diário é o fato dele acompanhar o andamento do calendário e, muito embora nem todos os dias estejam registrados, as datas da escrita são importantes na sua composição já que seu poder de convencimento depende mais sua organização interna que de sua referência ao mundo exterior (CUNHA, 2005, p. 1).

A data inicial das anotações de Vargas é justamente o dia 3 de outubro de 1930, data marcada como início da Revolução. O término dos escritos é 27 de setembro de 1942, quando Vargas demarca um período, encaixa suas anotações em um tempo histórico e, para ser o mais fiel possível, transcreve-se a seguir o seu último registro.

A 1º de maio desci para o Rio, com o propósito de comemorar esse dia no grande comício dos trabalhadores no estádio do Vasco da Gama. Um incidente de automóvel imobilizou-me no leito durante vários, vários meses. Só a 27 de setembro regressei a Petrópolis para transportar parte das coisas que ficaram no Rio Negro. Quantos acontecimentos de grande transcendência ocorreram na vida do Brasil. Aqui chegado, tracei rapidamente estas linhas, dando por encerradas as anotações. Para que continuá-las após tão longa interrupção? A revolta, o sofrimento também mudou muita coisa dentro de mim! (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 477).

Já não mais faziam sentido suas anotações. Como o próprio Vargas escreveu, muita coisa mudara, o tempo já era outro e, portanto, não cabia em seus cadernos.

3.1 Diários de Getúlio Vargas: os olhos e as falas do presidente

Para compreendermos melhor os diários, é importante uma breve apresentação do presidente. Getúlio Vargas nasceu em São Borja, em 1882, em um contexto de fim do Império, de implantação do regime republicano, de conflitos políticos/militares no estado com participação direta de familiares. Sua vida política estava ligada à Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi membro da geração de 1907, vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense e, por consequência,

castilhista. O político Getúlio Vargas foi formado nesse meio, seguindo princípios republicanos, autoritários e com forte discurso de superioridade moral.

Se nos detivermos na psicologia deste grupo de jovens estudantes e profissionais, educados na fidelidade ao Partido Republicano Rio-Grandense e a seus chefes, vamos encontrar neles alguns traços nítidos de narcisismo regionalista e messianismo político. [...] A ideia predominante no PRR, da cúpula às bases, era a da superioridade moral e intelectual da política rio-grandense (FRANCO, 1998, p. 10).

Vargas foi apadrinhado por Borges de Medeiros, ainda que uma disputa política local os tivesse afastado por algum tempo. Franco (1998) cita trechos do discurso de Medeiros quando este apresenta o candidato Vargas à presidência do estado como subordinado à disciplina do Partido, com conhecimento da Constituição e do pensamento castilhista e o qualificando como firme, prudente, enérgico e incorruptível. Seguidor do castilhismo e apoiado por Borges de Medeiros, Vargas pôde-se afirmar e foi capaz de dar um passo à frente na política estadual, pois governou de forma mais tolerante com a oposição, o que veio a facilitar a formação da Frente Única Gaúcha, em 1929. Segundo Franco (1998), Vargas, na sua formação, não foi somente influenciado pelo positivista Comte, mas lia os filósofos Spencer, Kant e Nietzsche, além do naturalista e teórico do evolucionismo Charles Darwin.

Ao assumir a presidência, Getúlio adaptou-se ao poder e “é evidente que Vargas deixou de ser apenas soldado de fileira do Partido Republicano Rio-Grandense” (FRANCO, 1998, p. 15). Com a presença dos mineiros do PRM, dos paulistas do PD, além de militares de vários estados e do próprio PL do Rio Grande do Sul, Vargas não representou mais as forças castilhistas e, sim, o programa da Aliança Liberal. Todavia, traços e pensamentos permaneceram, pois são características pessoais de sua formação, as quais são notáveis nos escritos de seus diários.

Este trabalho pretende seguir a linha política e, assim, é importante ressaltar que a escrita de Vargas, nos seus diários, segue majoritariamente esse sentido, isto é, apresenta o seu governo, principalmente o caráter político. Dessa forma, sua vida privada pouco aparece. Para fins de análise, fez-se um levantamento de alguns dados, baseando-se no índice biográfico, que consta no volume 2 da obra *Getúlio Vargas: Diário*. Por exemplo, sua esposa Darci Sarmanho Vargas, pessoa que

representa sua vida particular, somente foi citada 21 vezes no período do Governo Provisório, com uma média de uma citação a cada dois meses, incluindo as 7 citações em abril de 1933, quando foi abordado o acidente que o casal sofreu. Darci é citada, em média, uma vez por mês ao se usarem os quase 12 anos dos escritos como parâmetro (outubro de 1930 a abril de 1942), totalizando 129 citações. Ao fazer uma comparação com Góis Monteiro, que representa um personagem de sua vida pública, ele teve, em média, 3,5 citações a cada mês no Governo Provisório ou 163 vezes e mais de duas por mês entre 1930 e 1942 ou 332 vezes. Flores da Cunha, outro personagem importante da vida pública, é citado, em média, mais de duas vezes por mês no Governo Provisório, totalizando 112 vezes no período. Mantém a média mensal entre 1930 e 1942, com 287 citações. Em outros momentos, sem citar o nome da esposa, Vargas aborda as relações familiares, mas sempre de forma rápida e sucinta, como na anotação dos dias 4 e 5 de março de 1932: “Completo-se, no primeiro, o meu 21º aniversário de casamento, mas as preocupações políticas encheram o dia, esquecendo a data doméstica.” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 94). Isso significa que o assunto deveria ser, de alguma forma, referenciado todos os anos nessa data, todavia, no ano anterior, em 1931, não fez menção. Em 1933, apenas cita que a esposa e os filhos estavam gripados, enquanto, em 1934, não há nenhuma citação relacionada à família naquela data. Para esquematizar tais dados, foi elaborada a tabela 1 trazendo alguns familiares e os três homens públicos com maior número de citações.

Personalidade	Parentesco ou Atividade Pública	Número de vezes citado no:	
		Governo Provisório (1930-1934)	Diário Completo (1930-1942)
Darci Sarmanho Vargas	Esposa	21	129
Alzira Vargas do Amaral Peixoto	Filha	3	77
Manuel Antonio Sarmanho Vargas	Filho	6	19
Lutero Sarmanho Vargas	Filho	6	22
Benjamim Dornelles Vargas	Irmão	12	54
Góis Monteiro	Militar	163	332
Oswaldo Aranha	Político/Ministro	158	344

Flores da Cunha	Político/ Interventor RS	112	287
------------------------	-----------------------------	-----	-----

TABELA 1 – Demonstrativo de citações dos personagens nos diários⁴⁰.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor. Dados obtidos do índice biográfico do volume dois de Getúlio Vargas: Diário (1995).

Ao pensarmos no viés político, a primeira página do diário é emblemática. Vargas justifica o porquê de escrever e entende o momento como marcante para sua vida, composto por fatos que são importantes. Getúlio avalia-se mais capacitado a escrever sobre os acontecimentos, pois a vida o habilitou com juízo mais seguro.

[...] Lembrei-me de que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua de experiência a consultar. Não o fiz durante a minha mocidade [...] Depois o trato contínuo com os homens e as observações feitas sobre os mesmos em face e circunstâncias diferentes nos habilitam a um juízo mais seguro. Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução. Deve ser para hoje, às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventuroso? Impossível reconstituir os antecedentes (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 3)

Definitivamente pronto para a Revolução, o futuro presidente sabe que o projeto encampado pelos tenentes e setores civis encontrará resistência. Mas assume a responsabilidade política pela ação. Já não mais importa seu nome como presidente do estado do Rio Grande do Sul ou mesmo ex-ministro de Washington Luís. Para Vargas, setores da sociedade queriam a Revolução, já que pelas urnas não obtiveram a vitória, e nele foi depositada a liderança, responsabilidade que ele assumiu. O dia 3 de outubro, como se sabe, tornou-se marco da Revolução, símbolo do governo que se instalou. A grandiosidade da Revolução manteve-se com o seu ideal permeando, no Governo Provisório e mesmo depois no Estado Novo, novas datas comemorativas. Foi coincidência ou estratégia o início dos escritos no dia 3 de outubro de 1930? Justamente na data em que começa a escrever seus diários, temos o início da refundação do Brasil, da nova era para a nação com ele sendo o personagem principal, dizendo que a sua sorte não interessa, mas, sim, da coletividade. Positivista, Vargas entende a história como um processo evolutivo e a política como fundamental para o mesmo. Por isso, existe a ideia de revolução

⁴⁰ O índice apresenta as páginas em que as personalidades aparecem, sem, no entanto informar quantas vezes aparecem na mesma. Para fins de exemplo apenas foi feito levantamento de quais páginas aparecem e, portanto não quantas citações em cada uma delas para soma total.

permanente, não somente com a ação militar e tomada do poder, mas com a mudança no pensamento do fazer política para quem exerce o poder, nos métodos e programas de governo, sendo tudo isso alterado paulatinamente.

Ainda, no dia 3 de outubro, meia hora antes do previsto para a Revolução, Getúlio escreve sobre o movimento empreendido pelos elementos mais sadios conforme palavras dele:

A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdemos? Eu serei depois apontado como responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o **sacrifício da vida** poderá resgatar o erro de um fracasso (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 4-5, sem destaque no original).

Ao longo dos diários, Vargas demonstra responsabilizar-se pela Revolução, pelas mudanças em que o Brasil se encontra. No dia 20 de novembro de 1930, com o governo já instalado e o envio de políticos derrotados para o exílio, o presidente discorre em longo trecho onde assume para si o peso do contexto:

Neste dia embarcam para a Europa os primeiros presos políticos: o ex-presidente Washington Luís, o ex-prefeito do Distrito e o ex-ministro da Guerra. Observo que não foi a primeira leva. No dia anterior já haviam seguido o ex-senador Azeredo e outros. Essa medida foi bem aceita pela opinião [...] Bem amargas deveriam ser as reflexões do Dr. Washington Luís. Recordei-me que muito mais havia eu sofrido em torturas morais, pela quebra de amizades e compromissos resultantes da campanha da Aliança, e pelas perspectivas e ameaças que de futuro poderiam advir, acarretando prejuízos e desgraças para o Rio Grande e para os que o acompanharam, e tudo ser atribuído a mim, como responsável. Quantas vezes **desejei a morte** como solução da vida. E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, **decidido a morrer**. E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o Sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e cortejos dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, **com poderes ditatoriais**. O Sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão! (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 27, sem destaque no original)

Vargas utiliza a ideia de herói da nação que coloca sua vida em risco, mas também sua reputação política, para assumir, de forma ditatorial, o país, sendo que isso não era o seu desejo. Sabia que o próprio estado do Rio Grande do Sul,

participando da Aliança Liberal, poderia sofrer represálias, caso a situação se tivesse mantido no poder. Getúlio coloca-se na posição de herói, que abdica de seus interesses privados, põe sua vida em risco e abre mão de sua própria situação para que a Revolução tivesse chance de sair vitoriosa. Destaque maior merecem as palavras quando Getúlio se refere à morte. Conforme suas palavras, participou da Revolução decidido a morrer pela causa em que lutava e não regressaria ao seu estado, ao seu conforto, derrotado. A Revolução foi contra a oligarquia que estava no poder: aqueles que detinham o poder e o usufruíam em benefício próprio. O que diferiu quando Vargas, em 1954, em sua carta-testamento, condenou aqueles que eram contra o povo? A luta, o sacrifício de 1930 repetiu-se em 1954? A morte pelos interesses do povo era a única consequência quando a vitória não fosse atingida. Vargas lutou em 1930 e venceu, mas em 1954 não conseguiu derrotar as infâmias, os inimigos do povo, e a morte tornou-se a única solução, conforme suas palavras na carta-testamento: “O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte” (VARGAS, 1954). Getúlio Vargas ofereceu sua vida ao povo em 1930, destemido a morrer pela causa em defesa do Brasil. A morte tem em seu discurso, tanto em seus diários quanto em sua carta-testamento, o sentido de heroísmo.

Getúlio Vargas, mais uma vez, valoriza suas anotações diárias, demonstrando o quão importantes são na sua visão. Entre os dias 30 de setembro e 1 de outubro de 1931, o presidente deixa bastante clara a importância que ele dá às suas anotações de ordem administrativa.

Estou muito atarefado com o discurso que pronunciarei nas comemorações do dia 3 de outubro. Nestas anotações, escapam geralmente medidas de ordem administrativa do expediente ordinário e que constituem a mais interessante função, porque são atividades construtoras e positivas. Quando vou lançar ao papel estas rápidas anotações, já não posso reconstituir o que ficou para trás (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 74).

Um outro aspecto que se pode ler em seu diário é o sentimento de ser benquisto pela população, tanto é que, entre 21 de fevereiro e 16 de março de 1931, o presidente esteve no estado de Minas Gerais e em outros pontos. Vargas reforça tal ideia e diz que a população se manifesta positivamente pela sua presença, como bem sintetizado a seguir:

Em todas as cidades, vilas e estações por onde passamos, recebo carinhosas demonstrações das populações [...] Estação cheia, cantos, músicas, flores e discurso. [...] No hotel sou recebido festivamente pelos hóspedes. [...] Faço relações com os diferentes hóspedes, sendo tratado com grande deferência e carinho, principalmente pelo elemento feminino (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 50-51).

Reforçando essa ideia, ao participar da festa religiosa para consagrar Nossa Senhora da Conceição Aparecida padroeira do Brasil, em 31 de maio de 1931, que representa a vida privada, porque o sistema político republicano do nosso país era laico, a presença do presidente em um evento da maior religião do país destaca a imagem dele próximo à população. O evento religioso constitui-se em evento de caráter político, como apresentado por ele. “Domingo, compareço à grande festa religiosa [...]” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 64).

3.2 Os olhos e as falas do presidente sobre os fatos históricos

A partir deste momento, analisam-se os escritos de Vargas relacionados aos acontecimentos descritos com a própria construção da imagem realizada por ele.

Nesse sentido, a Revolução de 1930 e seus desdobramentos provocaram a insatisfação de grupos políticos que perderam espaço. Da mesma forma, alguns políticos tradicionais que participaram da Aliança Liberal mostravam descontentamento e que desejavam a constitucionalização. À medida que as reformas governistas eram encampadas, e o ano de 1931 foi chave para a mudança e implantação do pensamento centralizador e intervencionista, maior era o movimento de contrariedade diante disso. Getúlio Vargas, apoiado pelo tenentismo, via nos políticos tradicionais resistência e uma possível ameaça ao seu governo. Em 30 de abril de 1931, escreveu em seu diário:

Nota-se um movimento civil de políticos em favor do constitucionalismo. Tomam parte os libertadores do Rio Grande, os democráticos de São Paulo, os partidários de Artur Bernardes em Minas e outros grupos. O ministro da Justiça pressente uma campanha que ele chama de descrédito contra mim, uma conspiração nesse sentido [...] (p. 59).

Dias depois, em 6 a 8 de maio de 1931, novamente escreve: “Foram dias penosos e cheios de confusão. São Paulo continua sendo um ponto de inquietações

e ameaças. Murmura-se sobre conspirações” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 61). Vargas continua lamentando outros problemas:

Câmbio em colapso a menos de 1,5, café em baixa, crise política em Minas, cortes de despesas, aumento de impostos, pesadas contribuições desgostando o povo. Crise militar entre o ministro da Guerra e oficiais revolucionários [...] ataques azedos do Correio da Manhã contra o governo. Poderá este manter-se sem luta? Estamos atravessando hora grave em que é preciso decisão (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 61).

Tentar justificar suas futuras ações centralizadoras é ao que se inclina Getúlio no trecho anterior. Diante de tantos problemas, é o momento de tomar uma posição, mostrando-se, mais uma vez, que é o responsável pelo futuro, pela ação, o personagem que irá solucionar as mazelas que o país enfrenta.

Ao término do ano de 1931, com diversas ações empreendidas pelo governo, Vargas faz a última anotação desse ano. Vê, no horizonte, a prosperidade, mas, ao mesmo tempo, sabe que o poder político da oposição paulista é forte.

A passagem do ano não me sugere ideias, esperanças? Sim, esperanças de prosperidade para o Brasil. Tudo indica que terminou a convalescença e começa a prosperidade. Sinto o meu declínio político, ou por falta de capacidade para abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações mais radicais (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 83).

No escrito que contempla o período entre 31 de dezembro de 1931 e 2 de janeiro de 1932, Vargas demonstra certo medo com a pressão política que é exercida por São Paulo e a possível adesão do Rio Grande do Sul ao movimento, porém anseia por apoio para enfrentar esses grupos, que seria exercido pelo tenentismo.

Após a publicação da Lei Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932 e o ataque ao jornal oposicionista, Vargas coloca-se em uma posição de líder a tomar uma decisão importante para o prosseguimento das políticas do governo. “Ainda não é a nação. Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado mesmo por estes contra o governo. Estou numa encruzilhada em que urge uma decisão” (VARGAS, 1995, vol.1, p. 92). Ou apoia aqueles que estão fazendo a Revolução, isto é, os tenentes, ou é tomado pelo jornalismo a serviço dos políticos contrários ao governo.

Diante da situação indefinida dos políticos gaúchos desde o início do ano, o presidente mostra-se cansado, tanto é que relatos habituais políticos ficam em segundo plano. Nos dias 12 a 14 de abril de 1932, Vargas escreve: “Permaneço em repouso umas sete horas por dia. Raramente durmo todo esse tempo. Hoje amanheci um tanto adoentado. Sinto fadiga. Doença, decadência física, velhice... *Chi lo Sá!*?”⁴¹ (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 100). No dia seguinte, 15 de abril, Vargas escreve que está doente. Nesse período, São Paulo teve greves, a Frente Única Paulista entrou em conflito político com o governo, a Frente Única Gaúcha flertava com os paulistas. Flores da Cunha mostra-se ambíguo, mantendo ligação com Vargas, mas sem descuidar-se dos passos dados pelos políticos estaduais. Vargas também buscava apoio dos mineiros. Ao ler os diários desses dias, é possível identificar angústia e apreensão no presidente, como quando escreve em 14 a 18 de maio: “Leitura do manifesto à nação, acolhimento simpático do povo, apreciações discordantes da imprensa e ataques políticos” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 104). Como abordado no capítulo anterior, no dia 14 de maio de 1932, já havia sido fixada a data da nova eleição da Assembleia Constituinte para maio do ano seguinte. Já no dia 23 do mesmo mês, Vargas escreveu: “A situação de São Paulo agrava-se. Grande exaltação popular percorre as ruas – atacaram jornais, a sede da Legião, provocaram conflitos -, e a Frente Única impôs um novo secretariado” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 105). São pensamentos que demonstram as preocupações do presidente. Já nos escritos de 30 de maio e 1 de junho de 1932, novamente o presidente queixa-se dos seus dias ao dizer que “sinto que estou atravessando uma das fases difíceis da administração do país” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 107). Entre 9 e 14 de junho, Vargas escreveu: “Sinto que os elementos mais exaltados vão se afastando de mim e que começo a perder o controle sobre eles “ (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 109). Observa-se que se ampliam seus temores a respeito da crise política.

Os andamentos das negociações em julho continuaram tensos com exigências da FUG, com Flores da Cunha mantendo-se fiel a Vargas. Este, no dia 8, escreveu: “Osvaldo teve longa conferência pelo telégrafo com o general Flores da Cunha, que se mantém firmemente ao lado do governo. Osvaldo continua, como sempre, um auxiliar preciosíssimo, um animador prodigioso” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 115). Nesse momento, Vargas valorizou dois aliados importantes e há a

⁴¹ Expressão em italiano que quer dizer “quem sabe”.

impressão de que Vargas, no decorrer dos dias, se sente em situação melhor, como se pode ler no escrito do dia 9 julho: “Parece que a crise passou. Muito influenciou na definição dos acontecimentos a atitude de lealdade e decisão de Flores da Cunha” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 115). Entretanto, já no dia seguinte, sua realidade é outra.

“Irrompe o movimento revolucionário em São Paulo. Todo o tempo absorvido nas providências para combatê-lo. Morosidades, confusões, atropelos, deficiências de toda ordem, felonias, traições, inércia. Algumas dedicações revolucionárias. Um ato impressionante a solidariedade do Rio Grande, através de Flores da Cunha. A unanimidade do Norte, solidariedade e colaboração dos demais estados (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 115).

Pode-se notar que a instabilidade política do movimento militar paulista permeou as anotações do presidente nos últimos meses. Em 18 e 19 de julho, Vargas ainda afirma: “Recebo telegrama de Flores, dizendo que resolveu propor condições de paz e perguntando como a receberia. Fiquei desolado pela forma desta proposição. Nem firmeza, nem serenidade, nem mentalidade para a luta? Que fazer?” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 117). Com o apoio maciço das Forças Armadas e de grande parte dos estados federados, Vargas mostra-se desapontado com a ideia de Flores da Cunha de propor a paz. Mobilizado para reunir tropas para o conflito, o presidente frustra-se com o intendente gaúcho.

Com o andamento das ações militares, Getúlio apresenta otimismo em seus escritos. Mesmo com poucos recursos para abastecer todos que pedem armamentos, o governo federal tem capacidade bastante superior aos rebeldes paulistas. Em 10 de agosto de 1932, pode-se perceber que Vargas adota uma postura de possibilidade de acordo político, como ele mesmo afirmou:

Pela manhã, recebi a visita de Maurício Cardoso, com que palestrei longamente. Ele julga que a situação do governo é gravíssima. Tenho a impressão que ele carrega as cores para obter concessões de paz. Digo-lhe que, além do que ficou combinado em reunião do Ministério, eu pretendo, após a extinção da revolta, adotar uma Constituição provisória enquanto a Constituinte não votar a definitiva (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 122).

A reunião com o Ministério citada ocorreu em 5 ou 6 de agosto, conforme o diário de Vargas, e nela as propostas, feitas pelos revoltosos, de manutenção do governo paulista e fim do Governo Provisório foram rechaçadas. O presidente tem consciência de que o andamento político necessariamente sofreria alterações com o

movimento liderado por paulistas, mas com apoio político de parte do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais

O otimismo dos dias iniciais já não era o mesmo em meados de agosto. Faltavam recursos, e Góis Monteiro, comandante militar do governo federal em São Paulo, é quem mais se queixava.

Os nossos técnicos, as nossas repartições estão sempre estudando e não produzem. Ele tem razão. Estou providenciando diretamente, mas as coisas marcham vagarosamente. A burocracia, o roncoirismo, a má vontade, a sabotagem, a traição, tudo entrava (VARGAS, 1995, vol. 1, p.125).

O presidente trata das questões militares e políticas e vê que as segundas influenciam diretamente as primeiras. Minas Gerais, ainda que ao lado do governo federal, não está na linha de frente e tem desavenças com Monteiro, como apresentado pelo próprio Vargas: “Minas pede munições para atacar e desconfia da política do general Góis junto ao ex-presidente Bernardes. O general desconfia do governo mineiro, dizendo que este quer apenas armar-se e aguardar os acontecimentos” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 125). O Rio Grande do Sul com Flores da Cunha enfrenta resistências internas, mas que, de forma geral, são controladas. Boatos sobre golpe de militares também rondam o Catete, conforme o escrito de 16 de agosto: “O general João Francisco denuncia haver descoberto o preparo de uma traição em proporções fantásticas” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 124). Diante disso, Vargas escreve em 22 de agosto de 1932 “É preciso ter o espírito muito resistente a todos estes boatos e nervosismos para não se impressionar” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 125). No que se refere às condições de paz do governo com os rebeldes paulistas, permanecem as mesmas no dia 27, quando Vargas conversa com Olegário Maciel, interventor de Minas Gerais:

Respondo ao presidente Olegário Maciel, após reunião do Ministério, as condições de paz do governo: 1ª) deposição de armas. 2ª) anistia; 3ª) novo governo civil e paulista; 4ª) Constituição provisória (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 127)

Na sequência dos apontamentos de Vargas, consta que ambos os políticos ainda entendem que essa Constituição Provisória não seria a de 1891, pois isso seria um retrocesso. Com mais de um mês e meio de conflito, a situação é

embaraçosa, como visto anteriormente, com as perspectivas ora positivas ora negativas.

É preciso um espírito forrado de grande serenidade para resistir aos embates morais desta luta. A um dia de relativa tranquilidade, sucede-se outro cheio de boatos, de intrigas, de conspirações, de ameaças de atentados pessoais. Procuro isolar-me dessa atmosfera enervante que só serve para perturbar (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 128).

O escrito acima é do dia 1º de setembro de 1932, quando se pode perceber o tenso ambiente político. Vargas, o chefe do governo federal, líder contra a revolta paulista, coloca-se afastado das intrigas e joguetes de poder que permeiam o contexto para que, como líder do país, possa tomar a melhor medida para um desfecho favorável à nação.

Durante o mês de setembro, as forças militares pró-governo federal possibilitaram a vitória sobre os rebeldes paulistas. “Notícias de novas vitórias [...] Continua o êxito militar. [...] Continuam os sucessos militares e aumentam as conspirações políticas [...]” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 129-130). A busca de acordo para o rompimento dos conflitos é constante. Mas, à medida que a força militar governista se sobrepõe, Vargas tem em suas mãos o comando para o acordo. No dia 1º de outubro, escreve:

O general Góis Monteiro pede-me ratificação de poderes e instruções. Ratifico seus poderes, digo-lhe que mantenha as condições já ditadas para o convênio militar e que se limite a este. O governo não concede prazo para discutir condições de paz, mas para executar a deposição das armas (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 138).

No mesmo dia, os oficiais da Força Pública Paulista entraram em acordo com Góis Monteiro enquanto os rebeldes recusaram. Entretanto, no dia seguinte, os rebeldes foram informados do acordo e se renderam (VARGAS, 1995, vol. 1). Dessa forma, encerrou-se a Revolução Constitucionalista, com vitória militar do governo federal, mas com a instabilidade política permeando o cenário.

Nesse contexto, Vargas sabia que teria de ceder a pontos defendidos por grupos políticos de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, principalmente a constitucionalização, tanto é que “no despacho com o ministro interino da Justiça, tratamos da reorganização da comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituinte” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 144). A Subcomissão do

Itamarati foi encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição. No mesmo dia, lhe foi apresentado por uma comissão do Clube 3 de Outubro um anteprojeto de organização de classes, previsto no Código Eleitoral.

Até o final do ano, no diário de Vargas, tratou-se também de alterações ministeriais, políticas estaduais e promoções militares. Conforme Vargas (vol. 1, 1995), também foi fundado o Partido Republicano Liberal (PRL) em congresso realizado entre 15 e 19 de novembro e presidido por Osvaldo Aranha. O PRL era apoiado por Vargas e liderado por Flores da Cunha.

Nesse contexto de conflitos, houve um momento de escrita voltada ao particular, e Getúlio escreve no dia 1º de dezembro de 1932: “Sinto-me doente e bastante abatido. Não tenho a quem me queixar nem me sobra tempo para um tratamento sério” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 158). O presidente demonstra, em nova oportunidade, que os assuntos de interesse público são prioritários, não havendo tempo para voltar-se a seus problemas particulares, e, ao mesmo tempo, demonstra não querer buscar em alguém um auxílio para suas lamentações. As pessoas próximas seriam para os assuntos de ordem pública.

No ano de 1933, continuou havendo complicações políticas, notícias de conspirações e possíveis movimentos para derrubar o governo. Góis Monteiro, no dia 5 de janeiro, conforme anotações de Vargas (1995, vol. 1), informou que lhe haviam proposto participar de um movimento para derrubar o governo, assumindo lideranças de opositoristas. No dia seguinte, Vargas registra: “Continuam as notícias de conspirações e boatos de toda ordem. Procuro não me preocupar com isso para poder tratar dos problemas administrativos” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 174). No dia 21 de fevereiro, há uma nova notícia sobre conspiração sediada no Sul, mas que atingiria parte do Nordeste e Norte, e ainda acrescenta: “Em resumo, uma vasta conspiração com recheio de atentados pessoais [...] Ouço tudo, concordo com as providências, mas acredito que em tudo isso haja uns 50% de boatos” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 189). Tal assunto permeia anotações nos dias seguintes com Vargas mostrando-se tranquilo sem enfatizar o que ele frequentemente chama de boatos.

3.3 As falas do presidente sobre política

Para o ano de 1933 estavam reservadas eleições e continuavam as articulações do processo político com a discussão do adiamento ou não das

eleições. Em 14 e 15 de fevereiro, Vargas discorre a respeito da data das eleições: “Nos que se manifestaram contra, existe, porém, mais a preocupação de cumprir a palavra do que o reconhecimento de que a eleição corresponda às aspirações nacionais, pela existência de um coeficiente eleitoral satisfatório” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 187). Dias depois, no início de março, Getúlio Vargas demonstra sua aversão à política partidária. A organização partidária tem a função nesse momento de garantir a governabilidade, é pragmática, como muito bem expressou no seu diário: “Confesso minha repugnância, verdadeira fadiga para tratar desses arranjos, que só a necessidade de defesa do governo me leva a cuidar” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 193).

No dia 12 de março, prossegue demonstrando sua visão política, deixando claro ser contrário à democracia liberal e à representatividade na Câmara e no Senado, pois chega a dizer: “Afigura-se-me que, se reproduzirmos simplesmente essa velha e desmoralizada democracia liberal da Câmara e do Senado, e nada fizermos pela representação de classes, mui pouco teremos modificado a nova organização sobre a velha” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 194). Abertamente contrário ao sistema liberal que estava implantado até 1930, o presidente defende a mudança nesse sistema para que ocorra realmente um avanço, e através da representação classista seria um caminho viável.

Com referência às datas comemorativas, ainda que apenas no Estado Novo assumiram importância no governo, cabe ressaltar o restabelecimento do feriado de 21 de abril em 1933⁴². Nesse momento, Tiradentes⁴³ foi homenageado e o feriado nacional persiste até hoje. Interessante é o contexto historiográfico de implementação desse feriado e as palavras de Vargas no contexto presidencial para a criação do mesmo: “Foi restabelecido como feriado nacional o dia da execução de Tiradentes. Não sofri nenhuma pressão nem instantes pedidos para isso, como quiseram fazer constar alguns jornais. Foi um ato espontâneo” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 206). Todo e qualquer sistema necessita de símbolos para se consolidar e os heróis são considerados representantes da nação, modelo do sistema em que a coletividade está inserida. A criação de datas é uma ferramenta bastante utilizada pelos republicanos, fundamentalmente, para lembrar, de tempos em tempos,

⁴² O Decreto nº18.488, de 15 de dezembro de 1930, havia suprimido esse feriado do calendário oficial.

⁴³ Joaquim José da Silva Xavier (1742-1792). Único dos participantes da Inconfidência Mineira a ser condenado à execução.

alguém ou algo que valoriza o regime. Com a proclamação da República em 1889, os republicanos passaram a substituir os símbolos que representavam a Monarquia. Tiradentes passou a ser o herói republicano, pois, sob esse viés, lutou pela liberdade do Brasil contra os mandos da Coroa Portuguesa, perdendo sua vida por esse ideal. Não se pode crer, portanto, que, apenas por espontaneidade, Vargas restabeleceria o feriado nacional. A Revolução de 1930 foi vista pelos que a fizeram como uma restauração dos verdadeiros sentidos republicanos. E aqui se podem aproximar os dois heróis republicanos do Brasil. Tiradentes perdeu sua vida em defesa da República, da liberdade nacional, e Vargas, em momentos específicos, também colocou a sua vida em risco pela nação, pela revolução que objetivava restabelecer a República e a valorização da população. Tiradentes lutara contra a tirania da Monarquia Lusa e perdeu a vida por isso. Getúlio Vargas lutou contra as oligarquias políticas e se dispôs a perder a vida também. Faz-se a relação com seu suicídio, em 1954: pelo bem do país entregou sua vida, saindo desta para entrar na história.

No final do mês de abril, o presidente obrigou-se a deixar as anotações de conotação pública para abordar sua vida privada, quando sofreu acidente de automóvel, no qual ficou gravemente ferida sua esposa Darci e levou ao falecimento do capitão-tenente Celso Pestana, que dirigia o veículo. Foi no leito do hospital que Vargas acompanhou a realização das eleições no dia 3 de maio, com o comparecimento de 1.200.000 eleitores em uma população de 40 milhões (VARGAS, 1995, vol. 1). Getúlio Vargas, mesmo fisicamente debilitado e preocupado com a esposa igualmente debilitada, demonstrava satisfação e entusiasmo com as eleições. Como escreveu no diário, a promessa de realizar eleições foi cumprida pelo governo tantas vezes questionado. De certa forma, responsabilizou as conturbações do ano anterior ao movimento liderado por paulistas, justificando que eles se rebelaram na busca de algo que já estava definido, como bem expresso em suas palavras:

Realizou-se o grande pleito. Está cumprida a palavra do Governo Provisório, apesar de todas as descrenças e dos embaraços criados por uma paradoxal Revolução Constitucionalista, feita preventivamente para realizar uma constitucionalização já com data marcada. As notícias de todo o país informam que o pleito se realizou em completa ordem e plena liberdade – concorrência numerosa e entusiasmo (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 208-209).

Com o aval de todo o país, conforme suas palavras, o presidente indica satisfação com o processo eleitoral. No dia seguinte, revigora seu pensamento: “Contínuas e uniformes demonstrações de satisfação, de confiança e tranquilidade, plena ordem e segurança com que se realizaram as eleições. Parece o início de uma nova era” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 209). Evidentemente a vitória governista por quase todo o país reforça a avaliação positiva de Vargas.

No que se refere à Revolução de 1930, as mudanças pretendidas por Vargas não passavam apenas por ações de governo, mas pela mentalidade. A Revolução não tratava de tomar simplesmente o controle político e promover mudanças no mesmo sentido. Para Vargas, a mudança era mais profunda: a Revolução era uma mudança estrutural dentro da sociedade. Podemos citar três exemplos de situações que desagradaram o presidente. O primeiro é o jogo político de favores e o apadrinhamento que não teria espaço na nova política, pois, ao tomar posse em 3 de novembro de 1930, Vargas escreveu:

Começam as tratativas para a organização do Ministério. Alguns nomes eu já trazia fixados, outros foram sendo sugeridos depois. A mentalidade criada pela Revolução não admite mais o emprego dos velhos processos, do critério puramente político (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 21)

Segundo: pode-se destacar a anotação do dia 16 de março de 1933, pois Vargas demonstra desgosto por utilização de cargos para indicação ao funcionalismo público, declarando: “Continuo resistindo aos pedidos de toda ordem, inclusive dos próprios ministros, para aproveitar amigos no preenchimento de cargos vagos, em vez de funcionários em disponibilidade” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 195).

Terceiro: revela o desagrado vinculado ao modo com que alguns indivíduos próximos buscavam ganhos políticos, como escrito em 20 de maio de 1933 a partir da insatisfação de um ministro em assunto relativo à promoção. Vargas anotou:

Todas essas coisas e, principalmente, as manobras ocultas de pessoas que se dizem meus amigos. E essa falta de franqueza tanto mais me desgosta porque nunca fui um postulante de candidatura, nunca me apresentei como tal para eleição próxima (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 212).

Sem mesmo confirmar candidatura, as pessoas já o procuravam para obter benefícios. Nesses três períodos temporais, pode-se avaliar que o compadrio político era abominado por Getúlio.

As eleições de maio permitiram a organização formalizada politicamente da oposição. A Chapa Única Paulista exercia pressão política para mudanças no governo paulista, que tinha como interventor o general Valdomiro Castilho de Lima⁴⁴. Em fins de maio de 1933, Vargas escreve: “Os partidos organizados pelo general Valdomiro pleiteiam sua permanência, os da Chapa Única pleiteiam outros nomes” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 220). Quatro dias depois, sobre a mesma situação, escreve: “De um lado, os partidos da esquerda, apoiados pelo general Valdomiro e pleiteando a permanência deste; de outro, a Chapa Única, apresentando vários nomes” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 221). A situação do governo paulista era assunto frequente em suas anotações sem definição do novo interventor. Por fim, Vargas nomeou o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho⁴⁵. Entendendo como uma nomeação de risco, o presidente anotou em 24 e 25 de julho:

A sorte esta lançada. Amanhã saberemos se haverá nova revolução ou se as ordens serão cumpridas. Tenho de forçar os próprios sentimentos domésticos, porque a minha família e os meus próprios ajudantes-de-ordens torcem pelo general Valdomiro, achando que ele é vítima de intrigas. Amanhã será outro dia (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 228).

Chama atenção quando Getúlio colocou sua família na discussão da política paulista, visto que Valdomiro era tio de sua esposa Darci. Pode-se deduzir que a política permeava o ambiente familiar, muito em razão do parentesco. Em 13 de agosto, nomeou Armando Sales de Oliveira⁴⁶ como interventor no estado de São Paulo. Vargas demonstrou preocupação ao nomear o novo interventor. Concedendo a margem política à oposição, teme que esta se fortaleça e possa derrotá-lo no futuro, conforme suas palavras:

Vou entregar São Paulo aos que fizeram a revolução contra mim. Não pode haver maior demonstração de desprendimento. Será que estou colocando armas nas mãos dos inimigos para que se voltem contra mim? Que farão na Constituinte? O futuro dirá, e muito próximo! (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 231-232).

⁴⁴ “Valdomiro Castilho de Lima (RS, 1873-1938). Tio de Darci Sarmanho Vargas. Militar do Exército. Revolucionário de 1930. Comandante da 2ª RM/São Paulo. Governador militar SP (1932-33). Interventor (1933)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 559).

⁴⁵ “Manuel de Cerqueira Daltro Filho (BA, 1882-1938). Militar do Exército. Legalista na Revolução de 1930. Comandante da 2ª RM/São Paulo (1933-1934). Interventor São Paulo (1933). Interventor Rio Grande do Sul (1938)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 532).

⁴⁶ “Armando Sales de Oliveira (SP, 1887-1945). Interventor São Paulo (1933-1935). Governador de São Paulo (1935-1936). Candidato à presidência da República (1937)” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 600).

É de se ressaltar, mais uma vez, a abordagem, e até ênfase, que Getúlio Vargas apresenta no que se refere à morte. Em 26 e 27 de julho de 1933, anotou: “Fui ao Cemitério de São João Batista, em homenagem ao terceiro aniversário da morte de João Pessoa – o grande sacrificado. Raras vezes um homem pode morrer tão dignamente. Chega a despertar inveja!” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 228). Vargas caracteriza João Pessoa, seu candidato a vice na Aliança Liberal, como grande sacrificado e que sua morte é digna. Sem descartar a hipótese de a Revolução ter ocorrido sem a morte de João Pessoa, não se pode desvincular uma da outra. Nesse sentido, entende-se o termo dignidade usado por Vargas, pois a morte pode desencadear a Revolução que o presidente valoriza. Foi o sacrifício da vida que motivou a Revolução.

Novamente Vargas retoma a questão de ser bem recebido. Uma das principais e mais longas viagens do presidente iniciou-se em 22 de agosto de 1933, partindo para o Nordeste e Norte do Brasil em navio. Já em 27 e 28 escreveu: “Em toda parte, acolhimento fidalgo, manifestações, festas, banquetes. Uma alegria espontânea do povo, uma curiosidade cheia de simpatia” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 234). Getúlio valoriza a recepção da população a sua pessoa, isto é, a autoridade máxima do país é recebida calorosamente. Vargas segue descrevendo no diário a viagem e anota que a lembrança do terceiro aniversário da Revolução foi solenizada a bordo do navio em que a comitiva viajava (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 242).

Em novembro, a política nacional teve situação marcante com a instalação da Assembleia Nacional. Vargas escreve em 15 de novembro: “Instalação da Constituinte. Compareço perante a mesma para ler a mensagem. Sou bem recebido” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 247). Já nos dias seguintes, os conflitos políticos tornam-se frequentes nas anotações do presidente. Flores da Cunha manifesta o desejo de eleger Vargas presidente enquanto Osvaldo Aranha articula eleição para após a votação. Vargas escreve que não tem pressa para a eleição. “Continuam, na Câmara, as demarches para eleger-me presidente. Aconselho a não apressarem” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 248). Até o final do ano de 1933, Vargas segue anotando a-cerca do andamento da Constituinte e lamenta o pedido de exoneração feito por Osvaldo Aranha⁴⁷ e Afrânio de Melo Franco em 28 de dezembro: “Perco dois bons colaboradores e dois amigos. Sinto principalmente o

⁴⁷ Osvaldo Aranha reassumiu o Ministério da Fazenda em 15 de janeiro de 1934.

afastamento de Osvaldo, cujas qualidades excepcionais dificilmente podem ser supridas. Será definitivo este afastamento? Quais as suas conseqüências?...” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 257).

Nos escritos do presidente, a Constituinte não é aprofundada. Por vezes, Vargas comenta as articulações em torno de algo específico, como em 12 a 14 de janeiro de 1934: “Na véspera, reuniram-se, no Guanabara, Flores, Juraci, Lima Cavalcanti e Medeiros Neto, discutindo a necessidade de fazer agora a eleição de presidente, que era, no fundo, o maior motivo das crises” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 262). Também escreve sobre informações da oposição, como em 2 de fevereiro: “Contam-me que, na Constituinte, se esboça uma corrente política de oposição à minha candidatura que pretende explorar o nome do general Góis para levantar, afinal, a candidatura de Melo Franco” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 266). Vargas, em seus escritos, portanto, pouco demonstra interferir no andamento dos trabalhos da Constituinte. Em outro momento, anota que não apresenta a ideia de buscar influenciar. “A sorte está lançada. Alguns interventores chefes de partido e o leader da maioria resolveram apressar a eleição de presidente [...] Não sei qual o resultado ou, conforme a sabedoria popular, o futuro a Deus pertence” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 270). Na sequência dos dias, essa ideia está sendo reforçada, como em reunião com ministros em 22 de fevereiro: “Respondi-lhes não ser parte na contenda que se tratava na Assembleia, que me achava impedido de intervir nas resoluções da mesma” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 271). Novamente, a imagem de presidente que permite e garante o andamento legal é apresentada por Vargas em 27 de fevereiro: “Tenho procurado manter-me alheio às combinações” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 272).

No que concerne ao projeto de Constituição elaborado, após ler, faz apontamentos, em seu diário, no início de março: “Achei-o um tanto inclinado ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do Executivo e, principalmente, complicando a máquina burocrática, de modo a dificultar a administração” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 273). Vargas, em vários momentos, demonstrou que a forma de governo autoritária seria a melhor. Como já abordado, o Governo Provisório teve como uma característica importante a centralização no Poder Executivo e o controle, por parte do governo federal, sobre as unidades federativas, isto é, um regime autoritário. Por isso, provavelmente, o presidente revelou-se descontente com o texto da Constituição.

Nesse íterim, aparece o general Rabelo, que diz ter conversado com o general Góis, estando este de acordo em dar o golpe de Estado para dissolver a Constituinte e outorga-se ao país uma Constituição nos moldes da que Júlio de Castilhos deu ao Rio Grande. Traz uma proclamação em nome do Exército e da Marinha e diz que eu devo dar esse golpe para evitar a revolução. Prometo examinar o caso, mas digo-lhe que é preferível tentar junto à própria Constituinte melhorar o projeto em discussão (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 279).

Claramente Vargas tem fortes restrições ao andamento do que pode tornar-se a Carta Magna do país, tanto que afirma pensar na possibilidade de um Golpe de Estado, evitando assim que a Constituinte siga caminhos não favoráveis aos projetos dele. Por outro lado, existe a preocupação do presidente de que o Golpe seja dado por militares, especialmente Góis Monteiro. No dia 10 de abril, Vargas escreve: “Complicam-se as coisas. Os generais Mariante e Daltro, o coronel Cordeiro de Farias e o ministro Osvaldo Aranha fazem reuniões secretas com o general Góis, fazendo exposições pessimistas sobre a situação [...]” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 285).

A partir de junho, o presidente passa a fazer maiores comentários sobre o andamento da Constituinte: “Continuam as votações na Constituinte, com passagens de alguns pontos fundamentais pleiteados pelo governo, mas também com coisa miúda estranha à Constituição [...]” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 299). Vargas emite sinais de que se mostra insatisfeito em 14 a 16 de junho:

Com a Constituição que está para ser votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas sobre as dificuldades que vou enfrentar, e talvez seja mesmo preferível que tome outro rumo, pois já começo a acreditar que, com tal instrumento de governo, será perdido o esforço (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 302)

A apreensão continua até a data da promulgação da Constituição, em 16 de julho:

Afinal, chegou esse dia. Entre festas e demonstrações de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação. Amanhã será a eleição de presidente. O candidato da oposição será o dr. Borges de Medeiros (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 307).

Getúlio Vargas demonstra insatisfação com a Constituição. Contrário ao liberalismo, julga que a revolução permanente seja inviabilizada com o retorno da

política tradicional feita por grupos oriundos da República Velha. Como se vê, o Governo Provisório foi caracterizado por mudanças de rumo na política governista. Após a Revolução de 1930, a reação dos que haviam sido marginalizados politicamente levou a mudanças do governo, acentuando-se mais ainda quando da constitucionalização. Percebe-se que a recondução do processo político a partir de 1932 e consumado com a Constituição de 1934 esteve dentro de certo controle do presidente, que, defendendo suas concepções, soube adaptar-se ao novo cenário. Vargas não pôde dar continuidade à revolução como pretendia, sofreu oposição política e, diante da nova situação de relações de poder, construiu novas alianças, trilhou caminho distinto do que seguia até então, mas sem desligar-se do projeto maior com a inserção de novos extratos da sociedade na política, a nacionalização e a eliminação da antiga ordem política, isto é, foi um presidente que soube se adaptar a cada novo contexto.

Reforçando esse pensamento, em relato da conversa com o filho Lutero, em março de 1936, sua escrita demonstra seu pensamento:

No conceito que eu lhe repetia e que ele encontrara nessas anotações ou referências, estava, como aplicação da teoria darwiniana, que vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos – vencer é adaptar-se. Como tivesse dúvidas sobre a significação da fórmula, expliquei-lhe: adaptar-se não é o conformismo, o servilismo ou a humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 486-487).

CONCLUSÃO

Através deste trabalho, buscou-se pesquisar o Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas e analisar os seus diários na perspectiva da construção que o presidente fez de si mesmo em seus escritos.

O Governo Provisório marcou uma ruptura na política nacional oriunda desde o início do século XX. Na República Velha (1889-1930), quase que a totalidade da população estava afastada dos processos políticos e dois estados – São Paulo e Minas Gerais – detinham amplo predomínio na escolha do chefe do Poder Executivo. O processo que levou à ruptura dessa ordem iniciou-se com a quebra do acordo São Paulo - Minas na indicação do candidato à presidência. Minas, que indicaria o nome, não concordou com a candidatura de mais um paulista e buscou aliança com os gaúchos, formando a Aliança Liberal. Nas eleições de 1930, Júlio Prestes, candidato de São Paulo, venceu Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, sendo o pleito aceito pelos políticos da Aliança. Entretanto, os tenentes e alguns civis não aceitaram o resultado e passaram a planejar a tomada do poder via armas. Em princípio, lideranças da Aliança Liberal não apoiaram tal ideia, mas o assassinato de João Pessoa, vice na chapa, se tornou motivo para a mobilização da Aliança. Em 3 de outubro, ocorreu o levante militar.

Em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomou posse como novo presidente do Brasil. Vargas foi responsável, com aliados importantes, pela reestruturação da política brasileira, fortalecendo o governo federal, indutor das mudanças que se realizavam. Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram os dois estados que deram sustentação a Vargas no plano político, enquanto São Paulo, na sua maior parte, esteve na oposição, pois defendia a descentralização e o poder estadual. Getúlio teve importante apoio oriundo do meio militar, principalmente do tenentismo. Getúlio Vargas, ao ser instalado no Palácio do Catete como presidente da República, promoveu alterações nos governos estaduais, nomeando interventores, na sua maioria, oriundos do tenentismo. Essa ação, na ótica governista, era a regra, pois assim os interventores não teriam relações com os grupos regionais e as disputas, assim, poderiam governar de forma imparcial. A influência do tenentismo nesse primeiro ano foi marcante, caracterizando o governo como hierárquico e centralizador. Sob esse ângulo, a simples derrubada dos políticos da República

Velha não era suficiente para as reformas desejadas, sendo responsabilidade do Estado intervir para que o processo revolucionário fosse prosseguido, não mais através das armas, mas, sim, com a política. Diante disso, o governo federal passou a influenciar a legislação. Dentre as principais reformas do Governo Provisório, está a ampliação significativa dos direitos trabalhistas, estendendo-os para setores não contemplados, como jornada de 8 horas diárias, férias, décimo terceiro salário e aposentaria, além da regulamentação do trabalho da mulher e do menor. Foi um programa de governo que inseriu a classe trabalhadora no cerne da política nacional.

O processo político no Governo Provisório tem seu andamento fundamentado nas ações governistas em um primeiro momento – até o final do ano de 1931 – e posteriormente numa reação daqueles que antes de 1930 estavam no poder. Importante é frisar que isso é uma estruturação esquemática e não pressupõe que até 1932 a oposição estivesse silenciosa e depois o governo se tivesse submetido.

O ano de 1932 é emblemático e marcado pela reação dos marginalizados politicamente por três aspectos maiores: a criação do Código Eleitoral, garantindo o retorno do constitucionalismo; a definição de 3 de maio de 1933 como data para eleições; e a Revolução Constitucionalista. Os dois primeiros, apesar de serem definições governistas, são consequências da pressão oposicionista. O último marca a insatisfação latente dos paulistas, não satisfeitos com a já definição do processo de constitucionalização. Vargas, não podendo mais ignorar a oposição e precisando seguir com o processo político, adaptou-se – utilizando o significado que ele próprio definiu para o termo, isto é, se colocar no ambiente para saber melhor lutar – ao contexto que se seguiria. O processo de constitucionalização seguiu com embates políticos e disputa eleitoral.

Nesse contexto político, pensar a construção de uma imagem leva a imaginar ideias e caracterizações positivas. No entanto, como se pode ver, Vargas, ao construir uma imagem de si, aborda pontos positivos, as ações, entusiasmos, mas também escreve trechos em que o negativo se mostra presente, quando, muitas vezes, entende as complicações políticas pelas quais passa o governo ou as que ainda viriam. A questão da morte presente em algumas escritas nos faz refletir sobre o ano de 1954, quando já não conseguia mais governar devido às pressões de grupos diversos e cometeu suicídio. Inclusive deixa transparecer que o pensamento de perder a vida já o havia rondado antes mesmo do movimento de 1930, pois diz

em 20 de novembro de 1930: “Quantas vezes desejei a morte como solução da vida” (VARGAS, 1995, p. 27). Em 1933, volta ao tema da morte quando, exclamando, escreve que chega a ter inveja de João Pessoa. Vargas se coloca como herói da nação brasileira, aquele disposto a lutar pelos interesses do país até a morte. Assim é em 1930, assim é em 1954. Em uma luta vence, em outra é vencido.

Seus diários foram escritos entre 3 de outubro de 1930, início da Revolução, e 27 de setembro de 1942, quando decidiu parar de escrever, momento em que o Brasil já declarara guerra à Alemanha e Itália. Devido ao recorte temporal, o 3 de outubro de 1930, como já abordado diversas vezes, inseriu-se neste trabalho e tal data é simbólica, pois o próprio Vargas começou suas anotações nela, justificando seu diário, a busca pela vitória até a morte, pois foi o momento marcante para a mudança que se iniciaria. O início da Revolução tem grande valor, tanto é que a data é lembrada por Getúlio nos anos de 1931, 1933, 1934, 1935, 1936, 1938, 1939, 1941. Em 1934, escreveu sobre a falta de festividade na comemoração do aniversário da Revolução: “Parece até que passou esquecido. Observei-o com amargura” (VARGAS, 1995, vol. 1, p. 331). Em 1939, lembrou que as conversas com Góis Monteiro e Osvaldo Aranha foram as únicas recordações que teve do 3 de outubro, dando a entender, outra vez, que não se comemorava a data estimada, mas destacou: “No entanto, depois dele, deu-se um sentido novo à vida do Brasil!” (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 260). Tamanha importância e simbolismo assumiu a data que as eleições de 1950, 1955 e 1960 foram no dia 3 de outubro, bem como as eleições de 1994. Posteriormente passaram a ser realizadas no primeiro domingo do mês de outubro. No calendário eleitoral, podemos perceber a influência da Revolução de 1930 e como a data símbolo do movimento tornou-se marcante. Por outro lado, o aniversário do governo, em 3 de novembro, foi lembrado apenas nos anos de 1933, 1934, 1937 e 1940.

Getúlio Vargas mantém-se presente na política nacional. Por um lado, quando se fala em nacionalismo e desenvolvimentismo, sua figura surge. No que se refere a políticos, a herança de Vargas esteve vinculada a João Goulart e Leonel Brizola, políticos que foram apadrinhados e formados no seio da política varguista, principalmente na questão trabalhista. Os ideais de Vargas não estão diretamente ligados aos seus descendentes e suas famílias, pois eles seguiram outros caminhos. O genro de Vargas, Ernani do Amaral Peixoto, casado com Alzira Vargas, foi filiado ao MDB durante regime militar e depois filiou-se ao PDS, herdeiro da ARENA. Sua

neta, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que disponibilizou os diários originais para a Fundação Getúlio Vargas, foi filiada ao PFL. O ex-esposo de Celina Vargas, Moreira Franco, quando ainda casado com ela, foi governador do estado do Rio de Janeiro entre 1987 e 1991, sendo rival político de Leonel Brizola. Portanto, pessoas ligadas a Vargas por parentesco e que seguiram na política, de alguma forma, se desvincularam do trabalhismo, do pensamento varguista, inclusive disputando contra o maior defensor das políticas de Vargas.

Getúlio Vargas permeia a política ainda no século XXI. Lula, quando presidente em 2006, comparou as realizações sociais e econômicas do seu governo com as do governo de Getúlio Vargas. Lula também advertiu a existência de uma conspiração contra ele nos moldes do que ocorreu contra o Vargas, principalmente no que se refere à imprensa. Dilma, que foi filiada ao PDT até 2001, após ser reeleita em 2014, deixou-se fotografar com uma biografia de Vargas na mão em um momento de questionamentos e conturbações acerca da política econômica a ser implantada no seu segundo mandato como presidenta. Portanto, ambos os políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, de discurso voltado à industrialização, à autonomia nacional e à valorização da classe operária, ligaram suas imagens à de Getúlio.

Getúlio Vargas é considerado um dos maiores estadistas do Brasil. Não foi apenas o contexto que forjou o presidente. Getúlio Vargas foi o chefe da nação que, pela primeira vez, colocou no centro da discussão política a questão do Brasil como um todo, como uma nação. O fortalecimento de uma indústria nacional, o incentivo à produção diversificada, a maior participação política da sociedade, bem como a ampliação de direitos sociais reivindicados pela população, foram ações de seu governo. Vargas inseriu na política de estado a classe trabalhadora.

Para finalizar, é importante salientar que os diários não foram analisados como um todo, portanto há vasto material a ser estudado sob diversos ângulos. Futuras pesquisas utilizando o diário poderiam seguir o caminho de identificar as personalidades que, em relação direta com Vargas, influenciaram as ações do governo durante os 12 anos e como se deu essa influência, bem como é possível um trabalho voltado para a questão econômica ou para o papel ocupado pelas Forças Armadas nos escritos do presidente. Ainda é possível fazer relações entre seus escritos privados e os discursos públicos proferidos durante o período em que foi presidente da República, além de tantas outras possibilidades de pesquisa.

Cabe ainda uma última citação em que Vargas constrói a sua imagem:

Permaneci esse tempo não por amor ao governo, mas pelo desejo de servir ao meu país, de realizar um plano de administração e de criar a estrutura de um regime e de uma mentalidade que melhor se adapte às condições de vida e às razões do seu triunfo (VARGAS, 1995, vol. 2, p. 349).

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias*. Tese (Doutorado em História) – PPGH UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

CAMPOS, Derocina Alves. *A História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Tese (Doutorado em História) – PPGH Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas PUC/RS, Porto Alegre, 2005.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Viver, escrever, guardar: um estudo sobre diários pessoais*. In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Disponível em:
< http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH_S23.0722.pdf >. Acesso em: 14 out. 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 213-239.

_____. O fio da meada no Diário de Vargas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 185-203, 1996. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2020/1159> >. Acesso em: 26 set. 2014.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. *Getúlio Vargas*. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

ERA Vargas: *Anos de incertezas (1930-1937) No país dos tenentes*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes>>. Acesso em: 9 set. 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da história política*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1993. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937/1076>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano III*. Sociedade e Política. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 7-75.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P. 13-47.

_____. Definir autobiografia. In: MORÃO, Paulo (org). *ACT Autobiografia*. Auto-representação. Lisboa, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 13-37.

RANGEL, Carlos Roberto da R.; PIMENTA, Renata Waleska de S. Getúlio Vargas por ele mesmo. . In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=17638>>. Acesso em: 15 set. 2014.

REMÉDIOS, Maria Luiza R. *A Preservação da Vida na Escrita: O Diário de Getúlio Vargas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 205-214, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2015/1154>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

_____. *História e Ficção: O Diário de Getúlio Vargas*. Conexão Letras, Porto Alegre, Vol. 1, p. 219-227, 2005. Disponível em: <<http://www.artistasgauchos.com/conexao/01/maria.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2014

RÉMOND, Réne. Do Político. In: RÉMOND, Réne (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

SEGA, Rafael. *História e Política*. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 37, p. 183-185, 2002. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.academia.edu/1453713/Historia_e_Politica>. Acesso em: 7 abr. 2014.

VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. 1954. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. *Diários (1930-1942)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, 2 volumes.

OBRAS CONSULTADAS

BARROS, José D' Assunção. *História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. Disponível em: <<https://revistahistoriauft.files.wordpress.com/2012/04/histocc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-318-6.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. *Decreto nº 21.076*, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. *Decreto nº 22.647*, de 17 de abril de 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22647-17-abril-1933-558774-publicacaooriginal-80337-pe.html>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Vol. 3, n. 1, p. 25-36, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2051/1533>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

HACKMANN, Berenice G. *Manual para Elaboração e Formatação de Trabalhos Acadêmicos*. Taquara: Faccat, 2014.

MOREIRA, Regina L. Os diários pessoais e a (re)construção histórica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 177-184, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2021/1160>>. Acesso em: 26 set. 2014.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *O uso de documento e a construção do conhecimento histórico*. In: III Encontro Estadual de História, 2006, Caetité.

Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/jairo_carvalho.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em História) – PPGH Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas PUC/RS.

_____. *“É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...”* – campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/Unisinos.